



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 23 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 19 de março de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão do STF acirra guerra fiscal entre governos estaduais 1
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

Maioria dos Estados não quer cobrar atrasados 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

Fim da guerra fiscal pode depender de recursos do governo federal 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA DE SÃO PAULO

Gasto com servidores põe Estados em alerta..... 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA DE SÃO PAULO

Incentivo fiscal a importados pode parar na Justiça 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

Importação alivia pressão de custos na indústria..... 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

No governo Dilma, educação é questão de Estado, diz Mercadante 8
VEICULAÇÃO NACIONAL

IDG NOW

O que sabemos até agora sobre os tablets com Windows 8 12
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Em 20% das cidades, dívida e maior que receita própria 13
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Nordeste tem pior desempenho fiscal 15
VEICULAÇÃO NACIONAL

GAZETA DO POVO

Rio menos 20 16
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR

Importação alivia pressão de custos na indústria..... 17
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR

Delação premiada a empresas 20
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR

Servidor receberá 90% de seu salário se contribuir por 25 anos em novo fundo 22
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR

Importação vira defesa contra alta de custos 24
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR

Brasil vai produzir lâmpadas LED 26
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR

Saída da Samsung abre porta ao Japão 28
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

Viagem de Dilma aos EUA dará início a um novo ciclo nas relações bilaterais 30
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

Em 30 anos, produtividade da indústria nacional caiu 15% 35
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

Governo isenta exportadores de IOF cambial	38
VEICULAÇÃO NACIONAL	

PORTAL D24AM

Desempenho ruim no ano já preocupa indústrias do Polo Industrial de Manaus	39
VEICULAÇÃO NACIONAL	

Bugler

O Brasil foi o país da América do Sul com um crescimento mais lento em 2011.....	40
VEICULAÇÃO NACIONAL	

DIÁRIO GAÚCHO

Feira do Polo Naval pretende apontar caminhos para Estado consolidar presença no setor.....	42
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Decisão do STF acirra guerra fiscal entre governos estaduais		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Governos estaduais que escaparam de decisão Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito de incentivos fiscais envolvendo a redução do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços têm oferecido a empresas descontos de 90% a 100% da base de cálculo do **ICMS**, informa o repórter Lu Aiko Otta. O STF considerou inconstitucionais 23 formas de incentivo. Com a perspectiva de ver invalidadas políticas de **desenvolvimento** vigentes desde os anos 1970, os Estados correm para atrair o maior número de empresas – e estas promovem verdadeiros leilões para decidir onde se instalar. Para acabar com a guerra fiscal, especialistas avaliam que pode recair sobre o Tesouro a costura de um acordo entre Estados

Decisão do STF acirra guerra fiscal entre governos estaduais

Governos oferecem descontos de 90% a 100% da base de cálculo do ICMS para conseguir o maior número possível de empresas

Lu Aiko Otta, de O Estado de S. Paulo

BRASÍLIA - Um clima de "fim de feira" tomou conta dos governos estaduais desde junho, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucionais 23 formas de incentivos fiscais que envolvem redução do Imposto sobre a Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) para atrair empresas. Diante da perspectiva de ver invalidadas políticas de **desenvolvimento** vigentes desde os anos 1970, os governos correm para conseguir o maior número possível de empresas antes que a porteira se feche.

Nesse frenesi, oferecem descontos de 90% a 100% da base de cálculo do **ICMS**, segundo revelam secretários estaduais de Fazenda sob condição de anonimato. Como os incentivos são ilegais, a batalha se desenvolve nos bastidores e à boca pequena.

Algumas empresas se aproveitam e promovem verdadeiros leilões para decidir onde se instalar. Há correria também para registrar novos empreendimentos, e muitos são apenas ideias.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, chamou a atenção para a situação, ao dizer que a

guerra fiscal está se acirrando e pode acabar na criminalização de governadores e secretários.

"Não há a menor dúvida que ela se acirrou", afirma o secretário de Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi. "Parece fim de feira." A mesma avaliação é feita pelo secretário de Fazenda do Paraná, Luiz Carlos Hauy. "Com a decisão do STF, em vez da guerra fiscal acabar, ela ficou pior."

Insegurança. A situação se agravou e é de grande insegurança jurídica, diz o coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Cláudio Trinchão, secretário de Fazenda do Maranhão. Se por um lado há empresas leiloando incentivos, por outro algumas deixaram novos investimentos em suspenso. O Maranhão, por exemplo, deixou de receber indústrias pela indefinição.

O próprio empresariado está descontente. "Estados e União querem aumentar a carga tributária porque têm dificuldade em financiar seus gastos, mas dão incentivos", diz o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade.

"É um contrassenso, um absurdo, uma coisa até burra." Ele explica que o incentivo é bom para as empresas novas. "Mas, e as que já estão lá?". O resultado é que em alguns setores com maior mobilidade, como o têxtil e o de farmacêutico, as fábricas mudam de Estado de tempos em tempos para buscar novos descontos nos impostos, explica.

"Mas não vou transferir uma siderúrgica por causa de um benefício transitório que, além disso, é concedido à base da ilegalidade", diz Andrade. Em sua avaliação, a guerra fiscal tem criado desarranjo na economia.

A decisão do STF atinge 23 tipos de incentivos fiscais dos governos do Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Pará, Espírito Santo e Distrito Federal.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Maioria dos Estados não quer cobrar atrasados		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Após a decisão do STF, governos buscam uma saída para convalidar os incentivos fiscais concedidos nos últimos cinco anos, mas há divergências

LU AIKO OTTA / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

O grande ponto de interrogação após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou ilegais incentivos fiscais concedidos a alguns Estados é: o que acontecerá com as empresas que já se instalaram fora dos centros mais dinâmicos do País, atraídas por esses incentivos.

Um caso exemplar é o de Goiás. A indústria de transformação responde, atualmente, por 27% do Produto Interno Bruto (**PIB**) de Goiás. Na média nacional, o peso das fábricas é de 16% do conjunto de riquezas produzidas no País. O Estado só se tornou uma economia industrializada por causa dos incentivos fiscais que ofereceu para atrair fábricas nas últimas décadas.

"Estamos longe dos centros consumidores, dos portos, dos fornecedores, da infraestrutura", enumera o secretário de Fazenda, Simão Cirineu. "Sem incentivos, não haveria por que essas indústrias virem para cá."

Aplicando o que diz a legislação, esses benefícios deixaram de existir e todos os tributos não recolhidos nos últimos cinco anos teriam de ser cobrados. Porém, há consenso entre os Estados que é preciso buscar formas mais suaves de acabar com os programas declarados ilegais. Aí, começam as divergências.

Os Estados mais pobres não querem cobrar os atrasados. Eles propõem que os descontos já concedidos sejam convalidados. Além disso, acham que seria necessário um prazo de transição, de 5 a 20 anos, para eliminar os incentivos. Ou seja, as empresas continuariam a gozar dos descontos por mais algum tempo.

Dúvidas. Essa opinião não é unânime. "Somos contra a convalidação ampla, geral e irrestrita dos benefícios", disse o secretário da Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi. Ele informa que há dúvidas jurídicas se os Estados poderiam tornar legal aquilo que o STF já decidiu que não é.

Em junho de 2011, logo após a decisão do STF, ele apresentou aos demais secretários de Fazenda, numa reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), um plano de saída dos benefícios. Pela sugestão de São Paulo, nem todos os incentivos seriam convalidados.

Na semana passada, um grupo de secretários se encontrou em Brasília para tentar amarrar nem que fosse um ensaio de acordo. Sem sucesso. O problema, explicou Calabi, é que alguns de seus pares não têm autorização dos governadores para discutir nada que não seja a convalidação total dos benefícios do passado.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Fim da guerra fiscal pode depender de recursos do <u>Governo Federal</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Para secretários de Fazenda, concessão de incentivos decorre da falta de uma política de desenvolvimento

BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Pode recair sobre o Governo Federal, mais especificamente sobre os cofres do Tesouro Nacional, a costura de um acordo entre os Estados para acabar com a guerra fiscal. A avaliação de todos os secretários de Fazenda ouvidos pelo Estado é que a prática de conceder incentivos fiscais para atrair empresas é fruto da falta de uma política de desenvolvimento regional eficiente.

Após a decisão do STF, os Estados querem que o Governo Federal injete recursos para que eles possam sobreviver sem o pouco imposto que as beneficiadas recolhiam. "O Governo Federal deveria ter capitaneado o processo, com uma política mais descentralizadora do desenvolvimento", afirmou o coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Cláudio Trinchão, representante do Maranhão. "Isso não se resolve sem o Governo Federal", concordou o secretário de Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi.

A equipe da presidente Dilma Rousseff, realmente, estuda a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional. Ele é uma condição para que o governo consiga aprovar, no Senado, sua proposta de reforma tributária.

"É o xis da questão", frisou Trinchão. O valor a ser aportado nesse fundo, porém, ainda não está definido.

A proposta de reforma tributária de Dilma se resume a duas Resoluções do Senado que reduzirão a alíquota interestadual do ICMS, aquela cobrada quando uma mercadoria vai de um Estado para outro. A queda dessa alíquota, que hoje é de 12% e 7%, para algo como 4% a 2%, tornaria menos atraentes os incentivos fiscais que hoje alimentam a guerra fiscal e a chamada guerra dos portos.

Já está em tramitação um projeto de resolução reduzindo a alíquota interestadual para os importados. A ideia é propor coisa semelhante para os demais produtos. As propostas não avançaram no primeiro ano de governo. Agora, com a base parlamentar conflagrada, as possibilidades parecem ainda menores.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Gasto com servidores põe Estados em alerta		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Em 16 Estados e no Distrito Federal, o gasto com funcionalismo cresceu em ritmo superior ao da arrecadação nos últimos cinco anos, sendo que 4 já ultrapassaram os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins gastaram com pessoal mais do que 46,55% da receita, o que os impede de criar cargos e elevar salários

Gasto com pessoal cresce e cria risco para governadores

Estados são forçados a conter reajustes e reduzir cargos para cumprir lei

Limite previsto por lei fiscal é ultrapassado em quatro Estados; outros dois e o DF estão em estado de alerta

GUSTAVO PATU

DE BRASÍLIA

Em um intervalo de apenas quatro semanas, dois governadores petistas anunciaram medidas para cortar despesas com a folha de salários dos servidores públicos.

Primeiro, Marcelo Déda, de Sergipe, avisou a seu secretariado que será necessária neste ano uma economia equivalente a quase um quinto das receitas do Executivo.

No fim de fevereiro, Agnelo Queiroz, do Distrito Federal, apresentou um pacote que incluiu suspensão de reajustes salariais, redução do número de cargos de confiança e dos salários oferecidos aos seus ocupantes.

Não se trata de um surto de austeridade no partido mais identificado com os sindicatos do funcionalismo -nem tampouco a tendência está restrita a governos do PT.

Anos seguidos de crescimento econômico acelerado e recordes na arrecadação de impostos estimularam os governadores de vários Estados a promover contratações e atender pleitos das categorias mais influentes.

A conta chegou: desde a recessão de 2009, a evolução da receita deixou de ser tão favorável, e em cada vez mais Estados as despesas ultrapassam ou ameaçam ultrapassar os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Levantamento feito pela Folha indica que em 16 Estados e no Distrito Federal os gastos do Poder Executivo com pessoal cresceram nos últimos cinco anos em ritmo preocupante, superior ao da arrecadação de impostos.

O mesmo aconteceu no **Governo Federal**, por causa dos pacotes de reajustes salariais generalizados concedidos pelo ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva. A diferença é que a União mantém uma distância folgada dos limites impostos pela lei aos gastos com o funcionalismo público.

AJUSTE OBRIGATÓRIO

De acordo com os dados mais atualizados disponíveis no Tesouro Nacional, pelo menos quatro Estados já estão acima do que a legislação chama de limite prudencial, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins.

As despesas desses Estados com pessoal no Executivo superam o patamar de 46,55% da receita. Isso significa que eles não podem criar novos cargos nem aumentar os salários do funcionalismo.

"O Executivo só poderá aplicar reajuste linear para todas as categorias, limitado à reposição da inflação", diz o secretário da Fazenda de Sergipe, João Andrade.

O Estado concedeu aumentos salariais generosos para professores, policiais e bombeiros até o ano passado. No caso dos professores, os reajustes chegaram a 215%.

Alagoas e Distrito Federal, que elevaram suas despesas com pessoal no ano passado, estão muito perto de atingir o limite prudencial. O Paraná, que ainda não entregou ao Tesouro os dados finais de 2011, engrossa a lista.

O outro limite previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal para os gastos com pessoal nos Estados é o teto, equivalente a 49% das receitas estaduais. Quem ultrapassa esse limite tem oito meses para corrigir o excesso e pode até demitir servidores se isso for necessário.

Na Paraíba, as despesas com o funcionalismo público superavam o teto em agosto, mas o percentual caiu para 46,74% em dezembro. Ou seja, ficaram abaixo do teto, mas mesmo assim continuaram acima do limite prudencial previsto pela lei.

Situação semelhante foi enfrentada pelo Rio Grande do Norte a partir do segundo semestre de 2010. "O Estado não teve condições de cumprir os planos de carreira aprovados pelo governo anterior", relata Anselmo Carvalho, chefe do Gabinete Civil do Estado.

NOVAS DESPESAS

As dificuldades vividas por esses Estados ajudam a entender por que os governadores têm se oposto a duas medidas que estão em discussão no Congresso e podem provocar uma nova disparada nos gastos com pessoal.

A primeira é a proposta de emenda constitucional que nivela por cima o piso salarial de policiais e bombeiros. A segunda, editada neste mês, elevou o piso dos professores e motivou um ataque do governador gaúcho, Tarso Genro, ao ministro da Educação, Aloizio Mercadante, seu colega no PT.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Incentivo fiscal a <u>importados</u> pode parar na Justiça		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

MARIANA CARNEIRO

DE SÃO PAULO

A disputa entre indústria e Estados que dão incentivos a importados pode parar na Justiça. O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), disse que recorrerá ao STF (Supremo Tribunal Federal) se perder na votação do Senado, prevista para os próximos dias.

"Vamos tentar negociar antes, mas recorreremos à Justiça se o resto fracassar", diz.

Além do Espírito Santo, senadores de Santa Catarina e Goiás prometem votar contra a resolução 72, que unifica as alíquotas de **ICMS** para importados e inviabiliza benefícios fiscais. Estados como Bahia, Pernambuco e Ceará também dão incentivos.

O fim dos benefícios é pleito da indústria e tem a bênção do **Ministério** da Fazenda. O argumento é que os

importados ficam mais baratos porque pagam menos imposto do que os produtos fabricados no Brasil.

Representantes capixabas têm reunião marcada com o ministro Guido Mantega hoje para tratar do tema.

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), relator do projeto na CCJ, afirma que a lei proíbe "discriminar" produtos segundo a origem, o que seria um obstáculo à alteração do **ICMS** de importados. Além disso, diz, incentivos estaduais só podem ser cancelados por emenda constitucional.

"Entendemos que o governo quer dar racionalidade ao debate fiscal, mas o jeito escolhido não é o correto".

Estados querem, em troca, compensações da União ou um período de transição.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO Importação alivia pressão de custos na indústria		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Sérgio Lamucci, Marta Watanabe e Denise Neunann

A indústria brasileira vem enfrentando um aumento gradual e contínuo de preços. Em reais, já descontada a inflação, a folha de salários na indústria aumentou 25% desde 2005, enquanto a energia elétrica industrial ficou 28% mais cara. Com a valorização do real, esses e outros custos de produção ficaram ainda mais pesados, afetando a competitividade do setor, seja na exportação, seja no mercado doméstico, onde aumentou a presença de produtos importados. Nos últimos seis anos, a produção industrial cresceu 15%, enquanto o volume de vendas no varejo, 70%.

Para conviver com o aumento de custos, a indústria adotou estratégias de defesa que acabaram por afetar o próprio setor. Elas buscaram fornecedores mais baratos no exterior, montaram unidades fora do país e desviaram as vendas ao exterior para o crescente mercado doméstico. Em 2004, a fabricante de compressores Bitzer importava 30% dos insumos que consome no processo produtivo. Hoje, essa fatia fica entre 60% e 70%. Na Weg, as receitas provenientes do exterior passaram de 40% em 2009 para 44% em 2011.

O conjunto das estratégias adotadas pela indústria e as políticas macroeconômicas brasileiras derrubaram a indústria de transformação, em 2011, para o menor patamar de participação no Produto Interno Bruto (**PIB**) em cinco décadas - 14,6%. O fator que acentuou a piora na situação da indústria no ano passado, dizem economistas consultados pelo Valor, foi o aumento da capacidade ociosa na indústria global em um cenário de menor expansão dos países desenvolvidos enquanto o mercado brasileiro ainda crescia. Como consequência, houve uma corrida das empresas estrangeiras para vender no Brasil.

A valorização do câmbio - de 40% em termos reais ponderada por uma cesta de 15 moedas desde 2005 - foi tão expressiva que a indústria perdeu competitividade não apenas para a China, mas também enfrenta dificuldade para concorrer com produtos alemães. Mesmo assim, os economistas se dividem sobre qual o papel do câmbio na perda de dinamismo e, consequentemente, na possibilidade de retomada do setor.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO No governo Dilma, educação é questão de Estado, diz Mercadante		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Educação Para ministro, recursos que vierem do pré-sal deveriam ser destinados para o setor

Rosângela Bittar e João Villaverde

Nesta semana o ministro Aloizio Mercadante completa dois meses à frente do MEC. Mas já tem não só uma visão global dos desafios que precisará enfrentar, dos equívocos administrativos que urge remodelar, das correções de rumo em programas que têm sérios problemas de execução, como já visitou, por todo o Brasil, obras e realizações da sua área. O projeto do governo Dilma supõe a educação como uma questão de Estado, à qual serão dados instrumentos e condições para promover o crescimento do país, é como define o ministro.

Nele, destacam-se programas como o Ciência Sem Fronteiras, de bolsas para estudantes brasileiros em instituições estrangeiras, que está sendo agora ampliado. São também instrumentos de qualificação iniciativas como o aperfeiçoamento do exame de avaliação Enem e a fixação do piso salarial do magistério.

Sobre o piso, apesar dos protestos de governadores e prefeitos que acreditam não ter como pagar o piso de R\$ 1.451 sem ultrapassar o limite de gastos com pessoal da lei de responsabilidade fiscal, o ministro diz que o professor não pode ser punido pela falta de reformas da previdência nos Estados, e que o piso tem que continuar crescendo. Estuda uma política de reajuste automático, em conjunto com uma comissão do Congresso.

Custa caro o piso? Custa, mas a ignorância custa mais, afirmou Mercadante nesta entrevista, na quinta-feira, em seu gabinete. O ministro fará apenas correções no Enem, não mudanças radicais, e o exame continuará sendo nacional e não **regional** como querem alguns especialistas: O sarrafo republicano tem que ser igual para todos.

Mercadante defende, como absolutamente adequado a esse projeto, que os recursos do pré-sal sejam para a educação. Ou vamos aplicar esses recursos na estratégia, ou dispersar isso na máquina pública e nos acomodar nesse parasitismo. Nosso projeto é que a educação passe a ser central.

E diante de todo um histórico de manipulação político-partidária desse assunto, faz uma declaração veemente: O MEC tem que ser despartidarizado, tem que ser política de Estado. Enquanto eu estiver ministro não estarei envolvido em nenhum debate político, partidário e ideológico.

Valor: Há 4 milhões de crianças fora da escola, o ensino tem baixa qualidade em todos os níveis e o **Brasil** está no piso do ranking mundial nessa área. Qual política será capaz de aproximar a educação do projeto de crescimento do país?

Enquanto for ministro não estarei envolvido em nenhum debate político, partidário e ideológico

Mercadante: Não basta ser um país rico, ou mesmo rico sem pobreza. O país não pode se acomodar em ser grande **exportador** de commodities. O **Brasil** precisa se preparar para a economia do conhecimento, e não seremos competitivos sem inovação, ciência e tecnologia. O Brasil, especialmente com o pré-sal, pode dar o salto estratégico nesse sentido. Ou simplesmente se acomodar com a doença holandesa e agravar as deficiências históricas. Ou vamos aplicar esses recursos na estratégia, ou dispersar isso na máquina pública e nos acomodar nesse parasitismo. Nosso projeto é que a educação passe a ser central. Pela primeira vez o tema da ciência, da tecnologia, da inovação, está no Plano Plurianual.

Valor: A disputa político-partidária polarizada não é destrutiva para instrumentos fundamentais do **desenvolvimento**, como a política de educação?

Mercadante: O **Ministério** da Educação é de política de Estado. O governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, trouxe muitos avanços. A universalização do ensino básico, o Fundef (fundo de valorização do magistério) para financiamento, os mecanismos de avaliação do ensino, que depois o **Lula** transformou no Fundeb, ao incluir o ensino pré-escolar e médio. Além disso, expandiu a rede universitária, fez um grande programa, o Bolsa Família, com exigência de manter crianças na escola, expandiu os institutos federais de ensino técnico. O MEC tem que ser despartidarizado, com relações republicanas, com metas comuns, e com complementariedade com Estados e municípios. A concorrência entre os entes federativos é muito mais uma disputa política

eleitoral do que qualquer outra questão racional. Enquanto eu estiver ministro não estarei envolvido em nenhum debate político, partidário e ideológico.

Valor: A expansão do ensino superior no governo Lula parece não ter ocorrido como era a intenção e o crescimento se deu mais na rede privada. As universidades novas têm campus inacabados, abandonados, Mercadante alunos não se interessam muito. Estariam assim no interior de Pernambuco, do Ceará, de São Paulo...

Mercadante: Não é verdade. No mundo inteiro o ensino privado é predominante. Demos um salto extraordinário no ensino superior, não só de inserção no ensino privado, através do ProUni e do financiamento subsidiado do Fies. A rede pública universitária melhorou a relação professor-aluno e houve uma desconcentração. O Nordeste tem 27% da população brasileira, mas até alguns anos atrás apenas 1,9% dos nordestinos eram estudantes no ensino superior, percentual que conseguimos elevar para quase 10%. O Proinfra, que é uma parceria entre a Finep e a Capes, faz grandes investimentos nessa expansão. Essa política deu certo. O vestibular da Universidade do ABC é um dos mais concorridos, e como tem foco em engenharia, os alunos chegam com problemas em matemática, em física, há dificuldades de acompanhamento.

O programa Ciência Sem Fronteira vai incluir parcerias com Japão, Coreia do Sul, Suécia e Holanda

Valor: A baixa oferta de engenheiros não é prejudicial ao projeto de crescimento?

Mercadante: Há um problema geral na engenharia que acaba atingindo também matemática e física. No Brasil formamos apenas seis engenheiros para cada mil habitantes, enquanto no Japão são 40. Temos um programa de estímulo à universidade. Temos também déficit de cursos de medicina. Nossa oferta de médicos e engenheiros é muito aquém do necessário. Enquanto isso há oferta muito grande na área de direito, administração, enfermagem e pedagogia, que são 41% das inscrições nas universidades. O foco do programa Ciência Sem Fronteiras é justamente nesses grandes desafios para o desenvolvimento do Brasil: áreas tecnológicas, ciências médicas, física, química e matemática.

Valor: Há planos de ampliação do Sem Fronteiras, programa que inova a política educacional no governo Dilma?

Mercadante: Fechamos na semana passada 20 mil novas bolsas para estudantes brasileiros irem a universidades nos Estados Unidos. Tivemos já dois editais pelo Ciência Sem

Fronteira, e no segundo foram mais de 20 milhões de acessos ao portal. O critério de acesso é ter no mínimo 600 pontos no Enem. Ao todo, já temos 546 bolsas para doutorado de quatro anos, 922 bolsas de doutorado de um ano, 629 bolsas de pós-doutorado e 5.783 bolsas para graduação de um ano, porque não queremos graduação plena, queremos que esse estudante volte depois de um ano. Hoje o programa abarca intercâmbios acadêmicos para EUA, Alemanha, França, Reino Unido e Itália. O terceiro edital sairá ainda neste mês e vai incluir parcerias com universidades do Japão, Coreia do Sul, Suécia e Holanda.

Valor: A valorização da carreira e a remuneração digna dos professores, em todos os níveis, especialmente o básico, sempre foram considerados requisitos para uma educação de qualidade. Os governadores, inclusive do PT, reagem à política do piso salarial. Dizem que ou pagam o piso, ou cumprem a Lei de Responsabilidade Fiscal que tem um teto para gasto com pessoal. Como vencer o impasse?

Mercadante: O piso nacional dos professores é essencial para que tenhamos uma educação de qualidade no médio prazo. Se quisermos bons profissionais no setor então precisamos ser competitivos do ponto de vista salarial. Nós precisamos e vamos fazer o piso continuar crescendo em termos reais nos próximos anos. Mas é evidente que um reajuste como o deste ano, de 22,2%, é muito forte, não podemos dizer que não é. É um reajuste do Congresso, eu apenas cumpro a lei que o Congresso aprovou. Mas era fundamental que nesses dois, três primeiros anos déssemos um empurrão no piso para começar a estabilizar a carreira.

Valor: Vai continuar crescendo?

Mercadante: Mesmo com esse reajuste, o piso, de R\$ 1.451, é pouco mais de dois salários mínimos, ainda é pouco. O Congresso está criando uma comissão para pensar uma regra de reajuste para o futuro, de forma a atrair os melhores profissionais, porque precisamos fazer o piso continuar crescendo em termos reais.

Valor: Com uma política de reajuste automático como a do salário mínimo?

Mercadante: É, o salário mínimo, por muito tempo, tinha muita tensão, precisava um reajuste forte e o governo segurava. Com o mecanismo PIB mais inflação, esse ano injetamos R\$ 27 bilhões a mais na economia devido ao novo salário mínimo. Mas tem havido um crescimento sustentado do salário mínimo, que melhorou a distribuição de renda, os índices de desigualdade social, e diziam que a economia não

ia absorver, e a economia absorveu. Custa caro o piso do professor? Custa. Mas a ignorância custa muito mais.

Valor: E a alegação de que se o governador pagar o piso rompe o limite do gasto com pessoal, ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal?

Mercadante: Tem que analisar situações específicas. Em alguns Estados, mais da metade da folha de pagamentos é de aposentados e pensionistas. Então o problema não é o piso dos professores, mas a equação geral da remuneração e a relação entre aposentados e pensionistas. Ou seja, de reformas que não estão sendo feitas.

Valor: Como enfrentar esses desafios com os recursos orçamentários que a educação tem hoje?

Mercadante: A minha prioridade são os royalties do pré-sal. Em vez de pulverizar os recursos na máquina pública, vamos vincular prefeituras, Estados e União para impulsionar a educação.

Valor: A indústria registra altas taxas de rotatividade, fala-se em importação de mão de obra, e se defende criticando a baixa qualificação dos trabalhadores, o que amplia os custos de produção. Como o seu projeto no MEC pode participar da solução?

Mercadante: Temos 1,9 milhão de trabalhadores com carteira assinada na indústria de transformação que são analfabetos funcionais. Estamos fazendo um esforço enorme com o Pronatec, por meio da ampliação de bolsas para Sesi, Senai e redes federais. Além disso, o Fies também pode ser acessado pelas empresas. Ou seja, a companhia financia o estudo e o aprimoramento de seu trabalhador a custo subsidiado pelo Estado. Estamos dando instrumento novo para as empresas, que antes reclamavam que o custo para a bolsa de estudos do trabalhador era coberto com capital de giro. Mas é verdade que indústria tem problemas, ainda que as condições tenham melhorado muito com o dólar a R\$ 1,80, com juros de um dígito, e vão melhorar mais com o grande esforço do governo para elevar a infraestrutura do país, com o PAC, além do mercado interno forte, que funciona como âncora.

Valor: Não há uma contradição entre a necessidade de formar mão de obra e o descredenciamento de instituições de excelência que faziam esse trabalho, como a fundação Dom Cabral e o Hospital Sírio-Libanês?

Mercadante: Para oferecer cursos de pós-graduação é preciso ser uma instituição educacional, que passa pela fiscalização e supervisão de educadores e técnicos. O critério

foi esse. Mas queremos que haja a constituição de cursos, de instituições de ensino dentro de centros de excelência, claro. Estamos brigando para que hospitais de primeira linha como o Sírio-Libanês, Einstein, e outros, abram seus cursos de medicina, estamos com déficit de médicos.

Valor: O Exame de Ensino Médio (Enem), mecanismo de avaliação importante da política educacional, teve problemas na sua execução nos últimos três anos. Desde administrativos e policiais até de conteúdo e estratégia de aplicação da prova. Que solução o sr. dará a isso?

Mercadante: O Enem é estratégico. Os EUA têm um exame similar há 85 anos. Outros países como Alemanha, Itália, Inglaterra e China também têm. Na China já teve problema, inclusive com a prisão de 65 pessoas. Nos EUA deu problema no ano passado. A primeira dificuldade que temos no Brasil é logística, uma vez que falamos de 5,4 milhões de estudantes que precisam estar no mesmo horário com a prova em mãos. Temos de percorrer 309 mil km, 9,7 mil rotas, levando quase uma tonelada de papel, 71 batalhões do Exército, mais PM e Exército, para garantir o sucesso do Enem. O Senado fez prova de concurso nesta semana com instituição de excelência, com 10 mil provas, e mesmo assim, devido a problemas de logística, algumas provas atrasaram para chegar nos lugares certos. No último Enem não tivemos nenhum problema logístico. Estamos construindo uma experiência, já que o Enem é muito novo, e estamos desenvolvendo um método.

Valor: E o conteúdo da prova?

Mercadante: Tem que ser nacional, o sarrafo republicano tem que ser igual a todos. Como escolho aluno para o Ciência Sem Fronteiras? Pelo Enem. Como escolho os alunos para o ProUni? Pelo Enem. Como escolho os melhores para as melhores universidades? Pelo Enem. Com o Enem a chance passou a ser igual, do filho do reitor ao filho da faxineira. O Enem é necessário a um sistema republicano e democrático de meritocracia do estudante. Estamos tomando medidas para aperfeiçoar o exame.

Valor: Quais medidas estão encaminhadas?

Mercadante: Até agora são dois examinadores para cada redação, e se a nota entre eles registrar uma diferença de 300 pontos, a redação é encaminhada a um terceiro examinador. Estamos concluindo a revisão desse processo, mas devemos alterar para um modelo que reduz a diferença a 200 pontos. Se a diferença de nota entre dois avaliadores for superior a 200 pontos, a redação vai a uma banca de três

examinadores. O Inep, que executa a prova, tem novo presidente, vamos fortalecer o Inep. Mas nada disso altera o Enem para os estudantes.

Valor: O ensino médio, sempre esquecido, entra de que forma no novo projeto?

Mercadante: O ensino médio é um setor nevrálgico. Temos hoje 83% estudantes matriculados, mas apenas metade (50,9%) estão na idade certa para a série em que estão. Além disso, temos uma evasão muito alta, de 10%, que se explica pelo mercado de trabalho aquecido, o que atrai esses jovens para o trabalho e não para a escola. Por fim os professores e as escolas não estão conseguindo atrair o jovem no ensino médio. Queremos incluir 2 mil escolas, neste ano, no ensino médio profissionalizante, expandindo o Pronatec. A segunda iniciativa é o tablet para o professor. O professor ainda é um imigrante digital, enquanto o aluno é um nativo digital. O quadro negro é do século XVIII. E o Brasil é o terceiro país onde mais se vende computador no mundo.

Valor: Entre seus novos projetos para o ensino médio e básico há uma reviravolta na educação no campo, certo?

Mercadante: Vamos lançar ainda neste mês o programa Pronacampo, que é fundamental para resolver uma dívida histórica do país. Só 18,4% dos alunos no campo estão na escola. Vamos levar carretas às escolas, com óculos e exames. O equivalente a 11 mil escolas, ou 15% do total, não

têm luz, 10,4% não têm água, 14% não têm esgoto, 94% não têm banda larga, e 90% não têm internet. Primeira providência: todo o material didático será do universo rural, queremos criar uma bibliografia que estimule a permanência no campo. Outro problema é o transporte. A partir deste ano vamos distribuir 8 mil ônibus para facilitar o transporte de alunos e criar escolas com alojamento para professores e alunos. Fizemos uma parceria com a Embrapa para saber qual é o tipo de estrutura em cada região para desenhar o ensino profissionalizante. Temos que estudar as cadeias produtivas para isso.

Valor: No ensino básico ainda há analfabetos e milhões fora da escola. Como resolver?

Mercadante: Vamos tornar menos desigual o ensino na faixa de alfabetização, isto é, das crianças de seis a oito anos. No Paraná apenas 4,9% das crianças não se alfabetizaram quando completam oito anos, enquanto que em Alagoas são 35%. No Nordeste e Norte em geral são acima de 20%. Se não alfabetizarmos na idade certa, a evasão no ensino médio está colocada. Vamos fazer duas avaliações: uma aos sete anos, de forma a ter ainda um ano para corrigir se for preciso, e outra aos oito anos.

	VEÍCULO IDG NOW		EDITORIA
	TÍTULO O que sabemos até agora sobre os tablets com Windows 8		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Grandes fabricantes como HP, Samsung e Nokia devem lançar tablets com o sistema ainda este ano. Conseguirão enfrentar o poderoso iPad, da Apple?

Com a chegada do novo iPad, é hora de olhar para a frente e vislumbrar o próximo grande lançamento deste **mercado**. Estou falando do Windows 8, que deve chegar às lojas até o fim do ano acompanhando de uma profusão de tablets e híbridos.

Ainda que não se saiba muito sobre como os aparelhos serão, algumas peças do quebra-cabeça começaram a se juntar. A seguir, veja o que já sabemos sobre elas.

Lenovo

Durante a Consumer Electronic Show 2012 – a maior feira de tecnologia do mundo – a fabricante chinesa exibiu um híbrido, de nome IdeaPad Yoga, com Windows 8. A rotação de 360° graus da tela permite acoplá-la à base do notebook, transformando-o em um tablete.

Segundo o portal The Verge, a Lenovo será a primeira a lançar um tablet com o SO, e ele terá chip Intel. Não se sabe, porém, se o aparelho será o conhecido Yoga ou algum outro que ainda não foi revelado.

Dell

A Dell não se deu bem com sua linha Streak, com sistema Android, e agora ela está migrando para o Windows 8. Este mês o CEO da empresa, Michael Dell, disse à agência Bloomberg que eles estarão a postos “logo no primeiro dia em que o sistema estiver disponível.”

Especificações não foram divulgadas, mas é provável que a companhia concentre seu foco no setor corporativo. “Ter um tablet com a segurança do Windows, que funcione com todas as aplicações da plataforma. Estamos ouvindo muitos pedidos em relação a isso e consideramos bastante atraente”, afirmou o executivo.

Samsung

A Microsoft utilizou uma versão modificada do Samsung Series 7 para demonstrar o Windows 8 Developer Preview e o Consumer Preview à imprensa. Portanto, é natural que a

fabricante esteja desenvolvendo um modelo comercial, que, de acordo com Uhm Kyu Ho, diretor da área de PCs, deve chegar no segundo semestre deste ano.

Já se sabe que o produto será similar ao Series 7, no entanto, uma atualização para os novos chips da Intel, da linha Ivy Bridge, seria uma jogada inteligente.

Asus

A Asus confirmou que está trabalhando em um tablet com Windows 8 e chip ARM, mas não disse nada a mais a respeito.

Em 2011, falou-se em um design parecido com o da linha Transformer, o que, se concretizado, deverá agradar aqueles que desejam um tablet fino e um notebook leve no mesmo pacote.

Atualmente, os dispositivos da empresa tem o Android como SO, inclusive o PadFone, revelado na Mobile World Congress este mês: um smartphone que se transforma em tablet e em notebook.

HP

Agora que o WebOS se tornou open source, a HP está se voltando ao Windows 8. O CEO Meg Whitman confirmou que um tablet da plataforma, com chip Intel, deve aparecer ainda em 2012.

Nokia

O diretor de design da fabricante finlandesa, Marko Ahtisaari, afirmou que o **desenvolvimento** de um tablet já começou e, dado a parceria com a Microsoft nos smartphones, é quase certo que ele rode Windows 8.

Segundo o portal Digitimes, o aparelho terá tela de 10 polegadas e chip ARM com dois núcleos.

(Jared Newman)

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Em 20% das cidades, dívida e maior que receita própria		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

De cada cinco cidades brasileiras, uma já começou o ano no vermelho: 1.029 municípios tem mais restos a pagar - débitos herdados do ano anterior - do que dinheiro em caixa. Duas capitais, Salvador e Cuiabá, aparecem na lista, segundo estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. A má gestão fiscal resulta em serviços públicos precários em áreas como saúde, educação e saneamento.

Mais dívida que dinheiro em caixa

Um quinto das cidades brasileiras começa o ano com débitos que superam a receita própria

Alessandra Duarte, Cleide Carvalho e Anselmo Carvalho Pinto

Hans von Manteuffel

Um quinto das cidades do país não consegue lidar com suas dívidas. São 1.029 prefeituras que viraram o ano de 2010 para 2011 no vermelho, pois tinham mais restos a pagar - dívidas do ano anterior - do que dinheiro em caixa. O dado consta de um estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Foram analisadas contas de 5.266 cidades de 2006 a 2010 para criar um Índice de Gestão Fiscal, que mede a qualidade das administrações municipais em quesitos como gasto com pessoal, capacidade de gerar receita própria e de realizar investimentos.

Esta situação crítica não é exclusiva de municípios pobres e pequenos. Duas capitais, Salvador e Cuiabá, fazem parte da lista negativa e levaram zero neste quesito da pesquisa por terem começado o ano com mais débitos do que arrecadação.

No estudo da Firjan, foram identificadas, além das 1.029 cidades (20% do total) que chegavam a ter mais restos a pagar do que receita no ano seguinte, outras 1.265 (24% do total) que também foram consideradas em situação difícil ou crítica neste quesito. Nessas, as dívidas de anos anteriores comprometiam 40% ou mais da receita.

Fazem parte deste grupo as capitais João Pessoa, Campo Grande, Belo Horizonte, Natal e São Luís.

Na capital baiana, as contas da prefeitura foram reprovadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia em 2009 e 2010 e os restos a pagar de 2010 chegaram a R\$ 501 milhões, segundo a Secretaria Municipal de Fazenda. O atual secretário, Joaquim Bahia, diz que, ao assumir o cargo em janeiro de 2011, encontrou desequilíbrios financeiros que vinham desde 2009.

-- A prefeitura gastava mais do que arrecadava com pessoal e custeio. Controlamos esse custeio e contingenciamos o orçamento municipal em R\$ 600 milhões. Além disso, crescemos a arrecadação sem aumentar imposto. Fizemos um programa de recuperação fiscal para pessoas físicas e jurídicas que estavam devendo e anistiamos multas e juros para os pagamentos à vista. Esse programa nos deu uma receita adicional, em 2011, de R\$ 105 milhões -- diz Joaquim Bahia.

Incompetência fiscal prejudica serviço

O resultado foi que, em 2011, a prefeitura zerou quase a totalidade dos restos a pagar de 2010 (o que não foi pago, segundo a secretaria, foi devido a problemas de pendência de documentação de empresas) e ainda teve crescimento de receita de 20%, com a despesa crescendo 8%. O secretário de Salvador admite, porém, que a capacidade municipal de investimento ainda é muito baixa:

- Priorizamos o tratamento dos restos a pagar. Em 2011, o percentual de investimento foi de apenas 2,8%. Em 2012, estamos dobrando esse percentual, mas, mesmo assim, precisaríamos de mais. Essa capacidade de investimento faz falta, por exemplo, na infraestrutura do transporte da cidade, que ainda não tem metrô.

Em Cuiabá, o comprometimento financeiro da prefeitura afeta a qualidade dos serviços, e o exemplo mais claro disso está na saúde. A cidade está entre as dez piores capitais brasileiras no Índice de Desempenho do SUS, divulgado em fevereiro pelo **Ministério** da Saúde.

O último hospital especializado em urgência e emergência construído pela prefeitura é do início da década de 80, quando a cidade tinha cerca de 200 mil habitantes. Hoje são 550 mil.

A consequência são filas enormes tanto para cirurgias quanto para consultas. Situação que impõe uma peregrinação aos pacientes pobres. Na última quarta-feira, a aposentada Amélia Maldonado, de 81 anos, precisou acordar de madrugada para tentar uma simples consulta na policlínica do bairro Verdão. Hipertensa e com dificuldade nos movimentos, ela passou mal e precisou ser levada por parentes à policlínica. Mas, naquele dia, havia apenas um clínico geral para atender mais de 100 pessoas.

--Já estamos aqui há duas horas e ela nem passou pela pré-consulta - reclamou a neta Elisângela de Souza Costa, de 36 anos.

Procurada pelo GLOBO desde terça-feira passada, a prefeitura de Cuiabá não atendeu aos pedidos de entrevista.

Outra cidade que está na lista das que possuem mais restos a pagar do que receita é Ibiúna, município de 71,2 mil habitantes a 70 km de São Paulo. A prefeitura de Ibiúna terminou 2010 com o cofre vazio, sem dinheiro para pagar fornecedores. Na linguagem econômica, zero de liquidez. Isso sem contar a dívida de longo prazo.

Os números do período de janeiro a agosto de 2011, levados à Câmara Municipal, retratam a situação. A Prefeitura arrecadou R\$ 68,5 milhões, mas as despesas alcançaram R\$ 81,9 milhões, gerando um déficit de R\$ 15,3 milhões. Além das dívidas com o não pagamento do INSS, que

somaram R\$ 13,3 milhões apenas entre janeiro de 2010 e agosto de 2011.

Isso se traduz em dificuldade para levar adiante projetos **importantes**, como a expansão da rede escolar. Na frente da pequena escola Helena Soares Rosa, no bairro Curral, o mato cresce. Erguida com apenas duas classes, ela foi fechada, assim como outras 18 miniescolas construídas entre 2000 e 2008. O projeto foi considerado inviável na gestão do prefeito Koiti Muramatsu, que assumiu em 2009, por multiplicar a estrutura administrativa, aumentando gasto com pessoal. Agora, a prefeitura investe na construção de prédios maiores, para abrigar pelo menos 500 alunos, a serem administradas pelo governo do estado.

Paulo Niyama, secretário de governo da Prefeitura, diz que a dívida da Prefeitura chegava a R\$ 35 milhões quando a atual gestão assumiu.

- A herança era de descaso administrativo. Contratos, documentos e processos não eram encontrados. Só descobríamos que a dívida existia quando chegava a notificação - diz.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Nordeste tem pior desempenho fiscal		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Mesmo com baixa arrecadação, prefeituras incham folha de pagamento com emprego público

Alessandra Duarte

Letícia Lins

RIO e PAUDALHO (PE). Das dez prefeituras em pior situação no país em gestão fiscal, nove estão no Nordeste. E, numa região em que o emprego público é a principal fonte de renda para muitas pequenas cidades, a má administração da folha de pagamento é o maior problema. De acordo com o Índice de Gestão Fiscal criado pela Firjan, 72% das cidades com gastos com pessoal acima do limite legal estão no Nordeste.

Na Paraíba e em Pernambuco, mais de um terço estão nessa situação.

Das 500 prefeituras com melhores índices fiscais no **Brasil** em 2010, apenas 4,8% estão no Nordeste. Já quando são vistos os municípios com as piores notas, o resultado é inverso, e o Nordeste se destaca: a região tem 74,6% das cidades em pior situação fiscal.

Paudalho, em Pernambuco, é um desses municípios. Sem indústrias e com a economia movimentada pelo comércio e programas sociais, a cidade obteve a pior nota do Índice Firjan de Gestão Fiscal no estado — 0,1320.

No quesito restos a pagar, que avalia quanto a prefeitura tem em caixa para pagar dívidas que sobraram do ano anterior, a nota foi zero, o que indica que o município começou o ano com mais dívida do que dinheiro em caixa.

Ainda assim, a prefeitura garante que no ano passado fechou as contas no azul e que a folha de pagamento se

encontra no limite estabelecido pela LRF. No entanto, o saneamento e o acesso à saúde são precários — as duas unidades de saúde fecharam, faltam médicos e remédios — e as escolas muitas vezes não oferecem merenda.

— Há duas semanas filmamos as despensas vazias em 11 colégios. Há irregularidades ainda na compra de uniforme e no transporte escolar — conta o vereador Edson Carlos da Silva (PTB), que enviou o vídeo para o **Ministério** Público de Pernambuco.

Mãe de cinco filhos em idade escolar, Neide Maria Barbosa, de 59 anos, conta que eles não receberam material este ano e que ela teve que comprar livros e cadernos. No bairro Primavera, onde moram, água só de poço.

Segundo assessores do prefeito José Fernando Moreira da Silva (PTB), a folha de pagamento de Paudalho consome 60% da receita, mas vereadores dizem que a despesa chega a 65%, incluindo os servidores da saúde. A prefeitura alega que quase não tem receitas próprias, pois o ISS e o IPTU, somados, não chegam a 0,01% do orçamento.

— Em boa parte das cidades nordestinas tem pouco emprego. Então, o serviço público é a salvação. Há ainda a política do emprego feita por muitos prefeitos: para o aliado, para quem o apoiou, para quem é do seu partido — afirma José Vergolino, professor do mestrado em Gestão Pública da Universidade Federal de Pernambuco.

— Muitas prefeituras não possuem em seus quadros pessoas capazes de planejar ações que permitam o equilíbrio fiscal — diz Herbert Toledo, professor do mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

	VEÍCULO GAZETA DO POVO		EDITORIA
	TÍTULO Rio menos 20		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A obstinada negação da realidade e brigar com os fatos conduz os governos a adiar o que deve ser feito

É possível que seja tarde demais para evitar que a reunião a realizar-se no Rio de Janeiro dentro de cem dias faça as deliberações ambientais retroceder ao ponto onde se encontravam em Estocolmo em 1972.

Marco zero da tomada de consciência do problema, deu-se início então a um processo que levaria à assinatura na Rio-92 das duas convenções da ONU para enfrentar as principais ameaças ao planeta: o aquecimento global da atmosfera e a acelerada extinção das espécies vegetais e animais.

O hábito posterior de convocar reuniões comemorativas como a Rio+20 tem o inconveniente de gerar expectativas exageradas, pois eventos capazes de atrair os maiores líderes mundiais não se repetem facilmente.

Desde então, dar execução às convenções mostrou-se mais árduo do que negociá-las, embora, a cada ano, a ciência aporte elementos mais categóricos de que a ameaça do aquecimento global foi subestimada. Esse é um dos raros setores onde a realidade se tem revelado sempre pior do que as previsões.

Contudo, uma obstinada atitude de negar a realidade e brigar com os fatos conduz os governos a adiar o que deve ser feito. Para isso evita-se chamar a atenção para a gravidade das conclusões das pesquisas recentes.

Esse é um dos dois principais problemas que ameaçam fazer da Rio+20 um retrocesso: a recusa de lançar um honesto grito de alerta sobre os limites do planeta, dissimulando a falta de progresso. O segundo é o de incluir na agenda todos os problemas acumulados e não resolvidos em 50 anos de debate Norte-Sul. Dilui-se a agenda, perde-se o foco específico e, ao insistir que tudo é prioridade, acaba-se não tendo prioridade alguma.

Afirma-se que não se deve privilegiar nenhum dos três pilares do **desenvolvimento** sustentável: o econômico, o social

e o ambiental. Há aí dois defeitos de raciocínio. O primeiro é o de ignorar o que em filosofia se chama condição da possibilidade. O ambiente é a condição da existência do econômico, social, cultural e de tudo o mais.

Se a temperatura média aumentar em cinco graus, não haverá mais condições para a civilização humana, tal como a conhecemos. Mesmo o social, mais **importante** do ponto de vista do valor humano, não sobrevive sem ambiente favorável.

O segundo erro é esquecer que não se trata apenas de qualquer econômico e social, mas da dimensão ambiental desses componentes do **desenvolvimento** sustentável. Uma política industrial como a nossa, que se resume em estimular a venda de automóveis, sem exigir contrapartidas de economia de combustível ou de poluição, agrava não só o problema ambiental, mas leva ao colapso do trânsito, como vemos em São Paulo.

O mesmo vale para o consumo: estimular a ampliação do consumismo para milhões e não o consumo racional é imitar o desperdício americano, que, generalizado, exigirá cinco planetas como a Terra! Um assentamento que destrói a Mata Atlântica ou a Floresta Amazônica é insustentável, ao contrário do que emprega os assentados para replantar matas ciliares ou para conservar a floresta.

O que falta ao **Brasil** não são boas políticas sociais, mas torná-las ainda melhores, dando-lhes conteúdo ambiental sustentável.

Rubens Ricupero, diretor da Faculdade de Economia da Faap e do Instituto Fernand Braudel de São Paulo, foi secretário-geral da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e **Desenvolvimento**) e ministro da Fazenda no governo Itamar Franco.

	VEÍCULO VALOR		EDITORIA
	TÍTULO Importação alivia pressão de custos na indústria		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A indústria brasileira vem enfrentando um aumento gradual e contínuo de preços. Em reais, já descontada a inflação, a folha de salários na indústria aumentou 25% desde 2005, enquanto a energia elétrica industrial ficou 28% mais cara. Com a valorização do real, esses e outros custos de **produção** ficaram ainda mais pesados, afetando a competitividade do setor, seja na **exportação**, seja no **mercado** doméstico, onde aumentou a presença de produtos **importados**. Nos últimos seis anos, a **produção** industrial cresceu 15%, enquanto o volume de vendas no varejo, 70%

Importação vira defesa contra alta de custos

Por Sergio Lamucci e Marta Watanabe | De São Paulo

De 2005 a 2011, a tarifa da energia elétrica industrial subiu 28%. No mesmo período, a folha de salários da indústria aumentou 25% acima da inflação. Com a valorização do real, esses e outros custos de **produção** ficaram ainda mais pesados, tornando os produtos domésticos mais caros, seja no **mercado** interno, seja na **exportação**. Em **dólares**, a energia subiu 86% e a mão de obra, 57%, já descontando os ganhos de produtividade.

O aumento dos custos industriais foi paulatino. Enquanto eles subiam, a indústria adotou estratégias de defesa que acabaram por afetar o próprio setor. Elas buscaram fornecedores mais baratos no exterior, montaram unidades fora do país e desviaram as vendas ao exterior para o crescente **mercado** doméstico. No conjunto, as estratégias contribuíram para que a própria indústria se tornasse um grande **importador** e um **exportador** menor, compensando a perda de 13,5% na rentabilidade das **exportações** de 2004 a 2011. Nas contas do **Ministério** da Fazenda, enquanto o superávit comercial do **Brasil** foi de US\$ 29,8 bilhões, a indústria de transformação teve déficit próximo a US\$ 90 bilhões.

A fabricante de compressores Bitzer e a Stanley Black & Decker optaram pelo aumento da **importação** como solução mais imediata para a alta de despesas. Em 2004, a Bitzer **importava** 30% dos insumos que consome no processo produtivo. Hoje, essa fatia fica entre 60% e 70%. Já a Weg driblou a diferença de custos principalmente apostando na **produção** fora do país. Das receitas oriundas do exterior, a

fatia das subsidiárias subiu de 10% em 2009 para 22% em 2011.

As estratégias de defesa da indústria, combinadas com o menor crescimento mundial e também com a desaceleração da economia doméstica, levaram à estagnação da **produção** industrial em 2011 e ao menor percentual de participação do setor no Produto Interno Bruto (**PIB**). Na sequência, voltou o debate sobre o risco de desindustrialização, e o governo reforçou medidas para conter a valorização do real e de proteção à indústria.

Na Bitzer, a **importação** de insumos se aproxima dos 70%. "Infelizmente foi a solução que adotamos para reduzir custos", diz Fernando Bueno, presidente da empresa. Segundo ele, a empresa traz da Alemanha desde insumos mais sofisticados, como peças de alumínio bruto, até parafusos. Esses últimos chegam ao **Brasil** com um terço do preço do fabricado no país. "Fizemos isso para sobreviver e deixamos de comprar da indústria nacional, que pode desaparecer."

O presidente executivo da Dedini Indústrias de Base, Sérgio Leme, diz não ter dúvidas de que o país vive um processo de desindustrialização. "A elevação de custos, o câmbio e a carga tributária tornam muito difícil para a indústria competir."

De forma semelhante à Bitzer, uma das principais armas da Stanley Black & Decker tem sido o aumento das **importações**, tanto de produtos acabados como de componentes. O vice-presidente de operações para a América Latina, Domingos Dragone, conta que, há cerca de oito anos, a fabricante de ferramentas e eletrodomésticos produzia no **Brasil** de 70% a 80% dos bens acabados e **importava** os outros 20% a 30%. Hoje, o mix praticamente se inverteu. Cerca de 60% a 70% dos bens vêm de fora, em grande parte de plantas da Stanley Black & Decker no exterior, especialmente da China. Os outros 30% a 40% são feitos por aqui. "Nós jogamos a regra do jogo", diz Dragone.

A empresa também elevou a fatia de componentes **importados** nos produtos fabricados no Brasil. Há oito anos, o percentual variava de 10% a 12%; hoje, está entre 25% e 30%. Segundo Dragone, essa estratégia tem sido fundamental para a empresa manter competitividade.

A Bitzer e a Stanley Black & Decker não foram as únicas que foram às compras no exterior. A participação das **importações** no consumo doméstico de bens industriais atingiu o recorde de 20,4% no terceiro trimestre de 2011. Em 2008, o índice era de 15,3%, segundo dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com a Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex).

Segundo o executivo da Bitzer, a empresa dá preferência ao produto nacional para até 10% de diferença no preço em relação ao **importado**. Mas a diferença, diz, costuma ser de pelo menos 30%. Dados da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq) mostram a evolução de preço da chapa grossa de aço laminado a quente. Em 2004, o aço **importado** e o nacional tinham preços semelhantes. Em 2011, o aço doméstico tinha um preço 75,5% maior que o de sete anos atrás, enquanto o preço do **importado** subiu 38,2%.

Mesmo com o aumento de custos, a indústria manteve margem de lucro ainda relevante. Levantamento do Valor com amostra de 85 indústrias de capital aberto revela que a rentabilidade fechou em 15,4% em 2011 (considerando 12 meses encerrados em setembro), uma retração de cinco pontos percentuais em relação a 2005.

O custo da mão de obra industrial brasileira ficou em US\$ 10,08 a hora em 2010, ainda bastante inferior ao de países desenvolvidos, como os US\$ 34,74 dos EUA e os US\$ 43,76 da Alemanha, segundo números do Departamento do Trabalho dos EUA. Numa lista de 34 países, o custo brasileiro aparece em 28º, mais alto que o de países como México e Filipinas. A China não figura no ranking, porque as estatísticas não são comparáveis, mas o relatório cita um custo de US\$ 1,36/hora em 2008.

Para o economista David Kupfer, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e assessor da presidência do **BNDES**, a indústria tem enfrentado um aumento gradual e contínuo dos custos ao longo de muitos anos. É uma alta que começa na energia elétrica, passa pela infraestrutura, logística e mão de obra, até chega aos insumos básicos. A alta do minério de ferro, por exemplo, ajuda a Vale e garante uma boa parte do saldo comercial brasileiro, mas ao mesmo tempo pressiona os preços do aço, encarecendo os custos de todas as indústrias que usam o produto como insumo.

Esses aumentos, porém, ocorreram ao longo do tempo, diz Kupfer. O fator que acentuou a piora na situação do setor foi o aumento da capacidade ociosa na indústria global no

pós-crise, num cenário de menor expansão dos países desenvolvidos, enquanto o **mercado** brasileiro cresce a taxas expressivas. O resultado é uma corrida das empresas estrangeiras para vender para o Brasil, bastante facilitada pela valorização do câmbio.

"A competição no **mercado** interno não aumentou somente com os chineses, mas com vários fornecedores europeus, como italianos e espanhóis", conta o executivo da Bitzer. A empresa, diz, concorre tanto com a **importação** de compressores quanto com o desembarque de máquinas prontas que já vêm com esse componente, como os refrigeradores para sorvete.

Além de tentar reduzir seu custo de **produção** no Brasil, a Weg tem apostado em outra estratégia: a internacionalização da empresa para manter a competitividade, fazendo aquisições e elevando a capacidade produtiva fora do país, segundo o presidente, Harry Schmelzer. Hoje, a fabricante de motores, transformadores, compressores e tintas está presente na China, Índia, México, África do Sul, Argentina e Portugal. Em 2009, das receitas provenientes do exterior, 10% vinham das filiais fora do país e 90% das **exportações** de produtos fabricados no Brasil. Em 2011, a fatia das subsidiárias chegou a 22%. Isso ajudou a fazer com que o **mercado** externo fosse responsável por 44% das receitas totais no ano passado, acima dos 40% de 2009.

A internacionalização também é **importante** por permitir à empresa desenvolver uma cadeia de suprimentos global, diz Schmelzer. Segundo ele, porém, não houve grande alteração do volume de **importação** de componentes nos últimos anos. Além da internacionalização, a Weg tem investido em qualificação de mão de obra, melhora de processos e inovação, apostando também em produtos de maior valor agregado.

A Bitzer buscou também nichos de **mercado** para trabalhar com produtos de maior valor agregado. A partir de 2006, diz Bueno, a empresa começou a desenvolver um sistema de refrigeração para acoplar aos compressores. Em 2011 o novo produto respondeu por 25% do faturamento e contribuiu para a alta de 8% na **produção** física em 2011 em relação a 2010.

As vendas ao exterior, porém, contribuíram pouco. "Em 2004, **exportamos** o equivalente a 32% do faturamento. No ano passado a participação caiu para 8%." Bueno lembra ainda que mais de 60% do total **exportado** não dependeu de preços competitivos, porque foram vendas intracompanhia. A

Stanley Black & Decker foi mais radical e decidiu parar de exportar. A empresa vai interromper as vendas ao exterior

em abril. "Em 2005, nós chegamos a exportar de 20% a 25% da produção", diz Dragone.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Delação premiada a empresas		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Com apoio do governo, a Câmara dos Deputados quer aprovar a possibilidade de o Estado efetuar um "acordo de leniência" com empresas acusadas de corrupção, uma espécie de delação premiada para pessoas jurídicas. O dispositivo está presente na versão final do relatório da comissão especial que discute o projeto de lei que trata da responsabilização administrativa e civil de empresas acusadas de corrupção. Por meio desse acordo, a empresa que colaborar com as investigações poderá se livrar de algumas das punições previstas no projeto, como a declaração de inidoneidade, a proibição de receber financiamentos públicos e de fechar contratos com o Estado

Projeto cria delação premiada para empresa corruptora

Por Caio Junqueira | De Brasília

Com apoio do governo, a Câmara dos Deputados quer aprovar a possibilidade de que o Estado possa efetuar um "acordo de leniência" com empresas acusadas de corrupção, uma espécie de delação premiada para pessoas jurídicas. O dispositivo está presente no capítulo 5 da versão final do relatório da comissão especial que discute o projeto de lei 6826 de 2010, que trata da responsabilização administrativa e civil de empresas acusadas de corrupção.

Por meio desse acordo, a empresa que colaborar com a apuração poderá se livrar de algumas das punições previstas no projeto, como a declaração de inidoneidade, a proibição de receber financiamentos e de fechar contratos com o Estado. Para tanto, deverá ser a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar, interromper seu envolvimento na infração e confessar sua participação. Ainda assim, não estará livre da multa, a ser fixada entre 0,1% e 20% do faturamento bruto do último exercício da empresa.

O relatório foi apresentado na semana passada pelo relator, Carlos Zarattini (PT-SP), e a expectativa é de que seja aprovado na comissão especial em caráter conclusivo neste semestre. De lá, seguiria diretamente ao Senado, a não ser que 10% dos deputados da Casa façam um requerimento em que peçam que ele passe pelo plenário.

O relator, contudo, contesta a ideia de que seja um dispositivo similar à delação premiada. "É uma colaboração da empresa com a investigação. Ela admite que não houve orientação dela a postura de alguns dos seus funcionários ou diretores e passa a ter algumas possibilidades de punição eliminadas. A delação dá uma ideia de que haverá anistia, o que não é o caso", disse.

O deputado também incluiu outros pontos no projeto original. Alguns deles atendendo a entidades empresariais, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), que atuou para que empresas integrantes do mesmo grupo econômico, bem como sociedades controladas, controladoras, ou consorciadas serão subsidiariamente responsáveis, e não mais solidariamente responsáveis pelos atos ilícitos, como no texto original.

Também foi incluído no relatório que as pessoas físicas ligadas à empresa (dirigentes e administradores) só poderão ser responsabilizadas de acordo com sua comprovada participação nos atos ilícitos.

Por outro lado, outros dispositivos agravaram as condições para as pessoas jurídicas, como o trecho que impõe a responsabilidade objetiva sobre seus atos. O Estado, assim, não, precisará comprovar a intenção dos seu ato lesivo. Bastará apenas demonstrar a relação entre a ação e o resultado.

O governo, via Controladoria-Geral da União (CGU), aproveitou o debate para incluir um artigo com o objetivo de potencializar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS). O atual cadastro possui 5.946 empresas e é regulamentado por uma portaria do órgão de 2010, mas só obriga os três Poderes em nível federal a alimentar o cadastro. Agora, Estados e municípios também terão de abastecer esse cadastro mediante o fornecimento dos nomes das empresas que sofreram sanções administrativas e judiciais.

O texto original foi encaminhado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em fevereiro de 2010, como reação à operação da Polícia Federal intitulada Castelo de Areia. Deflagrada em março de 2009, ela investigou a construtora Camargo Corrêa por crimes financeiros e doações de campanhas irregulares aos principais partidos e políticos do

país, oriundos do PT, PMDB, PPS, PSB, PDT, DEM, PP, PR, PSDB.
"É um projeto bom para as empresas porque passa a ter uma
regra de financiamento e contato com o poder público. Além

disso, qualquer corrupção desbalanceia a competição", disse
Zarattini.

 SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	VEÍCULO VALOR		EDITORIA
	TÍTULO Servidor receberá 90% de seu salário se contribuir por 25 anos em novo fundo		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Thiago Resende e Lucas Marchesini | De Brasília

O servidor público federal que contribuir para o Fundo de Previdência Complementar (Funpresp) por um período de 35 anos terá direito, ao se aposentar, a 90% do seu salário por um período de 25 anos, de acordo com estimativa feita pelo secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, Jaime Mariz. A criação do Funpresp foi recentemente aprovada pela Câmara dos Deputados e agora está sendo discutida no Senado.

"Para calcular o benefício, tem que pegar o total acumulado por ele [servidor] durante o tempo de contribuição e dividir pelo período em que vai receber a aposentadoria complementar, que estimamos em 25 anos", afirmou. Pelos cálculos atuariais realizados, ao contribuir, por 35 anos, com até 11% do salário que exceder o teto do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e a União dando a contrapartida de 8,5%, estabelecida no projeto do Funpresp, o servidor consegue um benefício de 90% do salário mais recente, detalhou o secretário. "Se contribuir só dez anos, a vantagem [benefício] será muito menor", explicou.

Com o objetivo de equalizar as condições para quem tem direito a se aposentar antes do período de 35 anos de contribuição, como mulheres e trabalhadores em função de periculosidade, a proposta do governo é criar um subfundo. Segundo Mariz, um percentual de 0,34% do valor pago para a previdência complementar por todo servidor e pela União seria destinado a cobrir os custos com o segmento de servidores que terá benefícios antes dos 35 anos de contribuição.

Outro mecanismo, chamado de fundo de sobrevivência, também será criado para garantir o benefício ao servidor que viver mais do que 25 anos depois da aposentadoria. O percentual da contribuição

que será destinado a esse fundo deverá ficar entre 0,15% e 0,2%.

Caso o servidor morra antes do fim do período de recebimento do benefício (25 anos), a família pode optar por resgatar todo o valor acumulado por ele no Funpresp ou receber a pensão até o término do prazo, informa o secretário. "Isso também vai evitar aquelas pensões dadas de maneira graciosa, porque passa a ser de acordo com o que o servidor acumulou."

O atual regime de previdência dos servidores públicos federais garante aos que ingressaram no setor público até 2004 o último salário integral como benefício ao se aposentar, e aqueles que tomaram posse a partir de 2005 recebem o equivalente a 80% de uma média dos maiores salários que foram recebidos.

A média de idade dos servidores que atualmente se aposentam é de aproximadamente 61 anos no caso dos homens. Para as mulheres, essa média gira em torno de 58 anos, segundo informa o Boletim de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Formalizada pelos Ministérios da Fazenda, Previdência Social, Planejamento, Casa Civil e Secretaria de Relações Institucionais, a proposta do plano de benefício do Funpresp deverá ser encaminhada ao conselho deliberativo do fundo de cada Poder, que pode acatá-la ou não. Esses conselhos vão ser formados por três indicados pelo presidente de cada Poder e por três eleitos pelos servidores, conforme estabelecido no projeto que cria o Funpresp.

Se aprovado, esse plano estará na regulamentação do regime do fundo. Isso porque o projeto, que agora tramita no Senado, não detalha essa operacionalização. "A lei autoriza a criação do fundo. Sobre a definição do plano de benefício, o conselho deliberativo vai formatar isso, que vai definir a operação do fundo e do plano", diz o deputado federal

Rogério Carvalho (PT-SE), relator, na Câmara, do projeto que instituiu a previdência complementar para os servidores federais. De acordo com o texto, o prazo para que fundo esteja em "funcionamento" é de 240 dias.

Com o Funpresp, o governo visa reduzir gradualmente o déficit da previdência dos servidores públicos federais, que no ano passado causou um

prejuízo de R\$ 56 bilhões aos cofres públicos. A expectativa do **Ministério** da Previdência é que esse déficit seja zerado em 2040.

O ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, espera que o projeto do Funpresp seja aprovado pelo Senado ainda neste semestre, apesar da atual crise política instalada na base aliada do governo.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Importação vira defesa contra alta de custos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Sergio Lamucci e Marta Watanabe | De São Paulo

De 2005 a 2011, a tarifa da energia elétrica industrial subiu 28%. No mesmo período, a folha de salários da indústria aumentou 25% acima da inflação. Com a valorização do real, esses e outros custos de produção ficaram ainda mais pesados, tornando os produtos domésticos mais caros, seja no mercado interno, seja na exportação. Em dólares, a energia subiu 86% e a mão de obra, 57%, já descontando os ganhos de produtividade.

O aumento dos custos industriais foi paulatino. Enquanto eles subiam, a indústria adotou estratégias de defesa que acabaram por afetar o próprio setor. Elas buscaram fornecedores mais baratos no exterior, montaram unidades fora do país e desviaram as vendas ao exterior para o crescente mercado doméstico. No conjunto, as estratégias contribuíram para que a própria indústria se tornasse um grande importador e um exportador menor, compensando a perda de 13,5% na rentabilidade das exportações de 2004 a 2011. Nas contas do Ministério da Fazenda, enquanto o superávit comercial do Brasil foi de US\$ 29,8 bilhões, a indústria de transformação teve déficit próximo a US\$ 90 bilhões.

A fabricante de compressores Bitzer e a Stanley Black & Decker optaram pelo aumento da importação como solução mais imediata para a alta de despesas. Em 2004, a Bitzer importava 30% dos insumos que consome no processo produtivo. Hoje, essa fatia fica entre 60% e 70%. Já a Weg driblou a diferença de custos principalmente apostando na produção fora do país. Das receitas oriundas do exterior, a fatia das subsidiárias subiu de 10% em 2009 para 22% em 2011.

As estratégias de defesa da indústria, combinadas com o menor crescimento mundial e também com a desaceleração da economia doméstica, levaram à estagnação da produção industrial em 2011 e ao menor percentual de participação do setor no Produto Interno Bruto (PIB). Na sequência, voltou o debate sobre o risco de desindustrialização, e o governo reforçou medidas para conter a valorização do real e de proteção à indústria.

Na Bitzer, a importação de insumos se aproxima dos 70%. "Infelizmente foi a solução que adotamos para reduzir custos", diz Fernando Bueno, presidente da empresa. Segundo ele, a empresa traz da Alemanha desde insumos mais sofisticados, como peças de alumínio bruto, até parafusos. Esses últimos chegam ao Brasil com um terço do preço do fabricado no país. "Fizemos isso para sobreviver e deixamos de comprar da indústria nacional, que pode desaparecer."

O presidente executivo da Dedini Indústrias de Base, Sérgio Leme, diz não ter dúvidas de que o país vive um processo de desindustrialização. "A elevação de custos, o câmbio e a carga tributária tornam muito difícil para a indústria competir."

De forma semelhante à Bitzer, uma das principais armas da Stanley Black & Decker tem sido o aumento das importações, tanto de produtos acabados como de componentes. O vice-presidente de operações para a América Latina, Domingos Dragone, conta que, há cerca de oito anos, a fabricante de ferramentas e eletrodomésticos produzia no Brasil de 70% a 80% dos bens acabados e importava os outros 20% a 30%. Hoje, o mix praticamente se inverteu. Cerca de 60% a 70% dos bens vêm de fora, em grande parte de plantas da Stanley Black & Decker no exterior, especialmente da China. Os outros 30% a 40% são feitos por aqui. "Nós jogamos a regra do jogo", diz Dragone.

A empresa também elevou a fatia de componentes importados nos produtos fabricados no Brasil. Há oito anos, o percentual variava de 10% a 12%; hoje, está entre 25% e 30%. Segundo Dragone, essa estratégia tem sido fundamental para a empresa manter competitividade.

A Bitzer e a Stanley Black & Decker não foram as únicas que foram às compras no exterior. A participação das importações no consumo doméstico de bens industriais atingiu o recorde de 20,4% no terceiro trimestre de 2011. Em 2008, o índice era de 15,3%, segundo dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com a Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex).

Segundo o executivo da Bitzer, a empresa dá preferência ao produto nacional para até 10% de diferença no preço em relação ao importado. Mas a diferença, diz,

costuma ser de pelo menos 30%. Dados da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq) mostram a evolução de preço da chapa grossa de aço laminado a quente. Em 2004, o aço importado e o nacional tinham preços semelhantes. Em 2011, o aço doméstico tinha um preço 75,5% maior que o de sete anos atrás, enquanto o preço do importado subiu 38,2%.

Mesmo com o aumento de custos, a indústria manteve margem de lucro ainda relevante. Levantamento do Valor com amostra de 85 indústrias de capital aberto revela que a rentabilidade fechou em 15,4% em 2011 (considerando 12 meses encerrados em setembro), uma retração de cinco pontos percentuais em relação a 2005.

O custo da mão de obra industrial brasileira ficou em US\$ 10,08 a hora em 2010, ainda bastante inferior ao de países desenvolvidos, como os US\$ 34,74 dos EUA e os US\$ 43,76 da Alemanha, segundo números do Departamento do Trabalho dos EUA. Numa lista de 34 países, o custo brasileiro aparece em 28º, mais alto que o de países como México e Filipinas. A China não figura no ranking, porque as estatísticas não são comparáveis, mas o relatório cita um custo de US\$ 1,36/hora em 2008.

Para o economista David Kupfer, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e assessor da presidência do BNDES, a indústria tem enfrentado um aumento gradual e contínuo dos custos ao longo de muitos anos. É uma alta que começa na energia elétrica, passa pela infraestrutura, logística e mão de obra, até chega aos insumos básicos. A alta do minério de ferro, por exemplo, ajuda a Vale e garante uma boa parte do saldo comercial brasileiro, mas ao mesmo tempo pressiona os preços do aço, encarecendo os custos de todas as indústrias que usam o produto como insumo.

Esses aumentos, porém, ocorreram ao longo do tempo, diz Kupfer. O fator que acentuou a piora na situação do setor foi o aumento da capacidade ociosa na indústria global no pós-crise, num cenário de menor expansão dos países desenvolvidos, enquanto o mercado brasileiro cresce a taxas expressivas. O resultado é uma corrida das empresas estrangeiras para vender para o Brasil, bastante facilitada pela valorização do câmbio.

"A competição no mercado interno não aumentou somente com os chineses, mas com vários fornecedores

européus, como italianos e espanhóis", conta o executivo da Bitzer. A empresa, diz, concorre tanto com a importação de compressores quanto com o desembarque de máquinas prontas que já vêm com esse componente, como os refrigeradores para sorvete.

Além de tentar reduzir seu custo de produção no Brasil, a Weg tem apostado em outra estratégia: a internacionalização da empresa para manter a competitividade, fazendo aquisições e elevando a capacidade produtiva fora do país, segundo o presidente, Harry Schmelzer. Hoje, a fabricante de motores, transformadores, compressores e tintas está presente na China, Índia, México, África do Sul, Argentina e Portugal. Em 2009, das receitas provenientes do exterior, 10% vinham das filiais fora do país e 90% das exportações de produtos fabricados no Brasil. Em 2011, a fatia das subsidiárias chegou a 22%. Isso ajudou a fazer com que o mercado externo fosse responsável por 44% das receitas totais no ano passado, acima dos 40% de 2009.

A internacionalização também é importante por permitir à empresa desenvolver uma cadeia de suprimentos global, diz Schmelzer. Segundo ele, porém, não houve grande alteração do volume de importação de componentes nos últimos anos. Além da internacionalização, a Weg tem investido em qualificação de mão de obra, melhora de processos e inovação, apostando também em produtos de maior valor agregado.

A Bitzer buscou também nichos de mercado para trabalhar com produtos de maior valor agregado. A partir de 2006, diz Bueno, a empresa começou a desenvolver um sistema de refrigeração para acoplar aos compressores. Em 2011 o novo produto respondeu por 25% do faturamento e contribuiu para a alta de 8% na produção física em 2011 em relação a 2010.

As vendas ao exterior, porém, contribuíram pouco. "Em 2004, exportamos o equivalente a 32% do faturamento. No ano passado a participação caiu para 8%." Bueno lembra ainda que mais de 60% do total exportado não dependeu de preços competitivos, porque foram vendas intracompanhia. A Stanley Black & Decker foi mais radical e decidiu parar de exportar. A empresa vai interromper as vendas ao exterior em abril. "Em 2005, nós chegamos a exportar de 20% a 25% da produção", diz Dragone.

	VEÍCULO VALOR		EDITORIA
	TÍTULO Brasil vai produzir lâmpadas LED		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Vanessa Dezem | De São Paulo

O setor de iluminação brasileiro é o novo foco de uma série de empresas nacionais e multinacionais que estudam investimentos no país. Inicialmente, esse interesse deve promover a construção de três novas fábricas nos próximos anos. O grande estímulo para os desembolsos é o LED, sistema adotado em iluminação em todo o mundo, que deve reaquecer uma indústria que hoje passa por uma substituição de tecnologias.

"O consumo de LED no Brasil vai crescer astronomicamente nos próximos anos", afirmou o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Iluminação (Abilux), Carlos Eduardo Uchôa Fagundes.

Sigla em inglês para diodos emissores de luz, a iluminação com LED está sendo cotada para ocupar o lugar de grande parte das existentes, por ser considerada a mais avançada da indústria. Enquanto uma lâmpada incandescente (tradicional) tem vida útil de cerca de mil horas, a LED dura de 20 mil a 50 mil horas. O consumo de energia também é um atributo interessante: a LED consome 80% menos energia que as demais. Com essas características e os investimentos em infraestrutura no Brasil, as perspectivas da Abilux já mostram crescimento de 100% ao ano no consumo de LEDs no país. E realmente há espaço para crescer: nas residências são consumidos apenas cerca de 250 mil LEDs por ano (para fazer uma lâmpada ou um sistema de iluminação, são agrupados diversos LEDs).

E é baseada nesse potencial que a brasileira FLC está estudando a construção de uma fábrica de lâmpadas LED no país. Hoje, os produtos da empresa vêm do polo industrial da China, por meio de parcerias com empresas locais. São 13 unidades produtoras da marca FLC, sendo que quatro delas - com mais de 2 mil funcionários - produzem exclusivamente para a brasileira. A companhia traz da China lâmpadas compactas fluorescentes, halógenas, lâmpadas de alta eficiência, entre outros produtos. As LED ainda representam pouco da produção e a empresa quer avançar nesse segmento.

"A companhia está crescendo e temos a intensão de ter uma fábrica no Brasil", afirmou a fundadora da FLC, Alcione

de Albanesi. Essa é, inclusive, uma das prioridades de Marcos Ambrosano, recentemente contratado para liderar a FLC. Em um processo de profissionalização, o executivo do Wal Mart foi contratado para lidar com o crescimento da companhia, principalmente no que tange à expansão produtiva e avanço no varejo.

"Uma das minhas prioridades é analisar o potencial do mercado e a localização dessa fábrica", afirmou o novo presidente da FLC. Segundo o executivo, a empresa deve dobrar de tamanho nos próximos anos, o que gera recursos necessários para trazer a nova tecnologia para o país.

Com vendas mensais de cinco milhões de lâmpadas, hoje a FLC detém 30% do mercado brasileiro de fluorescentes. Sem divulgar resultados, a empresa cresceu 16% entre 2010 e 2011. Para este ano, espera avanço de 20%. Ambrosano afirma que as projeções se baseiam no crescimento do setor de construção civil e na conquista do mercado de regiões menos exploradas, como o Nordeste e o Centro-Oeste. A empresa iniciou recentemente também suas primeiras exportações, direcionadas para o Chile, Venezuela, Argentina e Uruguai.

O fato de a FLC não atuar no segmento das incandescentes também deve colaborar para os melhores resultados. Órgãos reguladores do setor têm apertado as exigências e determinaram a retirada escalonada - a partir do ano que vem - dessas lâmpadas do mercado brasileiro, que têm alto consumo energético e um legado do mercúrio após o descarte. A FLC acredita que pode ocupar o espaço deixado por esses produtos, principalmente com a tecnologia LED.

Mas a fábrica da FLC vai enfrentar forte concorrência. A Philips tinha afirmado que pretendia começar neste início de ano a produção de lâmpadas LED em Minas Gerais. No entanto, conforme informou oficialmente a empresa, a data de início da operação foi revista, "devido às mudanças no cenário econômico global". A empresa não informou, no entanto, qual é o novo prazo. A capacidade prevista para essas operações também não foi revelada, mas para uma unidade ser economicamente viável deve produzir no mínimo 4 bilhões de

LEDs, segundo dados da Abilux. Essa seria a oitava unidade de LED da multinacional.

A americana GE também vai participar desse movimento e planeja uma unidade de montagem voltada para iluminação pública e outdoors. A empresa trará itens da China, como faz com todas suas subsidiárias. Essa seria a segunda unidade de montagem da multinacional na América Latina, depois das operações mexicanas. "Estamos no processo de decisão sobre a localização da nova unidade", afirmou o presidente para América Latina da GE Iluminação, Lionel Ramirez.

Para se ter uma ideia do tamanho do mercado de iluminação pública, hoje no Brasil há 15 milhões de pontos de iluminação que precisam ser renovados, segundo cálculos da GE. "Esse é um processo definitivo de transição de tecnologias. E é nosso foco", completou Ramirez. A companhia ainda não traz detalhes sobre o investimentos, mas segundo o Valor apurou, os desembolsos devem ficar no patamar dos US\$ 20 milhões.

Outra empresa que está voltando as atenções para a tecnologia LED é a Osram, braço de iluminação do grupo alemão Siemens. A empresa está entre as poucas fabricantes de lâmpadas no Brasil e ainda tem mais de 50% de sua produção em incandescentes. "Estamos nos preparando para suprir essa lacuna com produtos mais econômicos", afirmou Marcos Ellert, gerente de marketing da Osram. "A decisão de uma fábrica de LED no Brasil ainda não está tomada, mas estamos de olho nesse mercado."

Vale lembrar que as novas unidades devem envolver a fabricação nacional das partes e itens das lâmpadas de LED, no entanto, as empresas ainda dependerão da importação do chamado LED Component, material que leva semicondutores, área na qual o Brasil não tem produção própria.

A tecnologia é complexa, o que leva uma lâmpada de LED equivalente a 60 watts, por exemplo, a custar R\$ 80. Mas, segundo a Abilux, o início da produção no país deve provocar redução nos preços.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Saída da Samsung abre porta ao Japão		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Cláudia Schüffner e Francisco Góes | Do Rio

As negociações dos sócios do Estaleiro Atlântico Sul (EAS) para encontrar um novo parceiro estratégico são intensas. Queiroz Galvão e Camargo Corrêa, controladoras do estaleiro pernambucano, negociam com dois pesos-pesados japoneses: Mitsui, com quem as conversas estão mais adiantadas, e a Mitsubishi.

A participação acionária do novo sócio poderá ficar em torno de 30% - a conferir. Os sócios do EAS correm contra o tempo para recuperar o atraso provocado pelos problemas causados pela ex-sócia, a coreana Samsung, que vinha fazendo "corpo mole" desde que o contrato para a construção das sete sondas de perfuração em águas ultraprofundas foi assinado, em junho de 2011, disse uma fonte ouvida pelo Valor.

A Sete Brasil, que vai arrendar esses equipamentos à Petrobras, pressiona o EAS. O estaleiro terá que recuperar os nove meses perdidos já que deveria ter começado a construir a primeira sonda, que precisa ser entregue em junho de 2015. O EAS terá que apresentar um novo projeto para essas embarcações - o da antiga sócia não será usado. As negociações estão sendo feitas com a norueguesa LMG Marin, a mesma projetista do estaleiro Enseada do Paraguaçu, a ser construído por Odebrecht, UTC e OAS na Bahia. A LMG Marin estaria associada ao Remontowa, um construtor naval pequeno, mas tradicional da Polônia.

Segundo fontes ouvidas pelo Valor, a LMG tem um projeto com mais engenharia naval, de execução mais simples e que usa 10% menos aço do que o da Samsung.

Em seu primeiro mês na presidência da Petrobras, Graça Foster já não deixa dúvidas de que sua principal preocupação é desatar o nó que não deixa deslanchar o projeto do governo de retomar a construção naval no Brasil.

Hoje Graça Foster vai visitar as instalações do estaleiro Rio Grande, da Engevix, no Rio Grande do Sul, depois de ter ido pessoalmente no EAS e no Enseada, na Bahia. Em entrevista recente ao Valor, Graça disse que quer ver pessoalmente a situação desses estaleiros e que nesse assunto, a Petrobras "vai cair em cima".

A saída da Samsung de Pernambuco pode acabar resvalando na composição acionária de outros estaleiros que têm contrato de transferência tecnológica com um sócio minoritário detentor da tecnologia de construção. É o caso do OSX, que o empresário Eike Batista está construindo no Rio e que deve fechar contrato com a Sete Brasil para construir duas sondas.

Na sexta-feira, quando anunciou que fará um aporte de US\$ 1 bilhão na OSX, Batista disse que tem um contrato bem amarrado com a também coreana Hyundai Heavy Industries, que tem 10% da OSX Construção Naval. Na entrevista ao Valor, Graça Foster afirmou que a seu ver, fatias de 6% (como era o caso da Samsung) ou 10%, como o da Hyundai, são pequenos para garantir um comprometimento com o Brasil de uma estrangeira que tem domínio desse negócio no mercado internacional: "Só vai ter assinatura de contrato na hora em que a Sete Brasil demonstrar por A mais B mais C mais D mais E que vai construir ali e que aquele estaleiro tem toda a condição de receber a encomenda porque tem um plano, porque tem um plano B, porque tem um plano C".

Segundo Eike Batista, o acordo da OSX com a Hyundai prevê transferência de tecnologia e treinamento de pessoal. "Desde o início, esta negociação foi muito diferente das outras feitas no Brasil. Nós tivemos um custo de US\$ 250 milhões para comprar esse know-how e hoje nós temos um relacionamento com a transferência de 40 gerentes coreanos que virão morar no Brasil. Ficarão aqui em tempo integral", disse o executivo, em conferência com analistas.

"Estamos falando de transferência total de tecnologia, de estaleiro de última geração. E também muitos brasileiros irão para a Coreia para, basicamente, compreender melhor, entender o procedimento e aprender como administrar esse estaleiro", informou Eike Batista.

As palavras de Graça sugerem que a Sete Brasil deve pressionar todos os estaleiros com os quais vai contratar outras 21 sondas, de modo a ter mais garantias de que os atuais sócios têm um plano alternativo caso surjam problemas como o da Samsung.

Mesmo assim, a avaliação é que os problemas no EAS, que culminaram com a saída da Samsung, aconteceram em boa hora porque "ainda dá tempo para recuperar o atraso e sinaliza para o mercado que a política de conteúdo nacional não afrouxou", explicou uma fonte envolvida.

Se o EAS fechar parceria com um japonês, a sociedade pode marcar a volta de um grande conglomerado do Japão à construção naval e offshore do Brasil depois que a japonesa Ishikawajima-Harima Heavy Industries, atual IHI, deixou o país em 1994.

Um executivo de uma grande empresa mostrou-se cauteloso, porém, com a possibilidade de um desfecho das negociações do EAS no curto prazo. Na avaliação de fontes ouvidas pelo Valor, a pequena participação que os coreanos

detinham no EAS demonstra que sócios estrangeiros precisam assumir riscos se quiserem entrar na construção de plataformas no Brasil.

"É preciso dividir ônus e bônus", disse o executivo. O Samsung chegou a ter 10% do EAS, mas foi diluído e caiu para 6% até sair do negócio. O estaleiro da OSX, no Rio, tem 10% de participação da Hyundai, enquanto o Enseada do Paraguaçu, na Bahia, projeto de Odebrecht, OAS e UTC, ainda negocia participação com sócio estrangeiro. No mercado, comenta-se que o Enseada do Paraguaçu teria se definido pelo japonês Kawasaki com quem negociaria percentual de participação entre 20% e 30%, mas oficialmente a escolha não foi anunciada e um outro candidato continuaria no páreo: o grupo coreano DSME (Daewoo).

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Viagem de Dilma aos EUA dará início a um novo ciclo nas relações bilaterais		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

ENTREVISTA RUBENS BARBOSA Embaixador do Brasil e presidente da Rubens Barbosa & Associados

Em menos de um mês, a presidente brasileira, Dilma Rousseff, estará em Washington para retribuir a visita que o líder americano, Barack Obama, fez ao Brasil no ano passado. O momento, de extrema importância, segundo o embaixador Rubens Barbosa, sinalizará com maior clareza qual vai ser o tom do relacionamento entre os dois países para o futuro próximo.

Estremecida desde a entrada da China com força no comércio mundial, a relação entre as nações mais populosas e que constituem as duas maiores economias das Américas já foi mais sólida. Hoje o Brasil está à míngua com um déficit de cerca de US\$ 9 bilhões na balança comercial com os Estados Unidos.

Barbosa, que esteve à frente da diplomacia brasileira nos Estados Unidos de 1999 a 2004, avalia que há duas questões centrais modulando o fortalecimento da parceria entre os brasileiros e os americanos. Em primeiro lugar, está o aspecto positivo: as parcerias para desenvolvimento tecnológico - especialmente na área de bioenergia - tendem a se fortalecer. Além disso, os laços para intercâmbio educacional também ganham força - os EUA estão de braços abertos para receber os doutorandos bolsistas que o programa Ciência sem Fronteira prevê enviar para estudar em vários países.

A viagem de Dilma tratará de temas regionais e internacionais e poderá servir para iniciar um novo ciclo de relações bilaterais nas quais pesarão os aspectos econômicos e comerciais. A importância da cooperação entre os dois países, especialmente em campos como as energias alternativas, segurança alimentar, inovação e na luta contra o narcotráfico estará em pauta.

Para além disso, o aprofundamento das relações mostra poucas possibilidades. A agenda negativa soma vários tópicos. Está marcada pelas divergências entre Washington e Brasília sobre a Síria e o Irã, além de vários imbróglios comerciais. Eles envolvem o recente cancelamento da compra de 20 aviões Super Tucano, da Embraer, pelas Forças Armadas americanas, dois meses depois do anúncio da vitória

de um processo de licitação pela fabricante de aviões brasileira. A demora dos EUA em autorizar a importação de carne do Brasil também criou outra zona potencial de atrito.

Segundo Rubens Barbosa, o cenário de distanciamento pode se agravar ainda mais em razão da crise internacional, que facilita as medidas restritivas, especialmente na área agrícola - a que mais interessa ao Brasil negociar.

Mesmo assim, o embaixador acredita que está sendo iniciada uma nova fase na relação Brasil-Estados Unidos. Para ele, a vinda de Barack Obama ao Brasil no ano passado foi o marco inicial dessa nova fase, que pode se consolidar a partir de agora.

A primeira visita de Dilma à Casa Branca como presidente ocorrerá poucos dias antes da Cúpula das Américas em Cartagena das Índias (Colômbia), na qual os Estados Unidos e o Brasil devem ter um papel central para promover a integração na região. E é essa integração que encabeça os objetivos a serem tratados em Washington pelo grupo de empresários que irá acompanhar a líder brasileira em sua visita. Autor do recém lançado "Dissenso de Washington", o presidente da Rubens Barbosa & Associados (RB&A) e presidente emérito do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos acompanhará a viagem de Dilma e desses empresários.

Cláudia Bredarioli cbredarioli@brasileconomico.com.br

Há um certo distanciamento do Brasil na relação bilateral com os Estados Unidos, em razão de uma aproximação comercial com os outros países. Como o senhor avalia essa situação atualmente? A política externa da presidente Dilma representa uma continuidade da política externa do presidente Lula, com algumas nuances importantes como vimos na questão dos direitos humanos, na desideologização da relação com os Estados Unidos e na maneira como o Irã está sendo tratado do ponto de vista político-diplomático.

Temos uma meia dúzia de áreas em que houve uma mudança de tom. Essa é uma primeira constatação.

Que é positiva ou negativa no seu entender? Pode significar uma reaproximação com os Estados Unidos? Houve

uma continuidade, mas, na minha opinião, houve um avanço que foi positivo com essas nuances acrescentadas a partir da mudança do governo. Em relação aos Estados Unidos, a visita do presidente Barack Obama, em março de 2011, representou uma mudança no enfoque dos Estados Unidos em relação ao Brasil. Nas discussões entre os dois presidentes, no documento final, foram indicadas algumas áreas em que poderia haver uma parceria importante entre os dois países. Foram lançadas as bases para um novo tipo de relacionamento.

Mas é claro que isso é decidido dentro de uma visão mais ampla, de médio e longo prazos. No curto prazo, o que temos são alguns percalços como este que aconteceu com a Embraer (leia mais na pág. 6).

Como o senhor imagina a visita da presidente Dilma Rousseff em retribuição à vinda do presidente Barack Obama ao Brasil? Eu considero a visita do Obama como um marco na relação entre os dois países. No comunicado conjunto foram discutidos assuntos de grande substância. Eu não acho que a visita tenha sido de passeio, nem que foi superficial.

Eu acho que a visita foi muito substantiva. Abriu portas muito importantes para a cooperação futura, para cooperação na área de aviação civil. Foi assinado um tratado de facilitação de comércio. Está avançando a cooperação na área de energia renovável, inclusive para a aviação.

Enfim, tem muita coisa substantiva que não tinha antes.

Quais pontos devem ser destacados na viagem?

A visita da presidente Dilma está na mesma linha. Estou acompanhando de perto a elaboração da visita. Estou agora como presidente emérito do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, que terá uma participação importante na reunião empresarial que vai haver lá. E nós temos interesses concretos dentro de um programa que o Conselho Empresarial está aprovando para defender nos Estados Unidos e vamos levar isso para lá. Na área bilateral imagino que a agenda será bastante diversa. O presidente Obama certamente vai perguntar qual é a posição do Brasil sobre esse problema do Oriente Médio, da crise no Irã, na Síria.

O Brasil tem uma participação muito ativa nos organismos multilaterais e tem posições importantes sobre isso.

A questão envolvendo a Embraer reflete o distanciamento diplomático entre Brasil e Estados Unidos ou não?

Apesar das negativas de autoridades americanas, dada a circunstância do momento político dos Estados Unidos, da proximidade das eleições presidenciais em novembro, do grande número de desempregados em função da crise econômica, da pressão política da Hawker Beechcraft (companhia americana que concorreu com a Embraer), não é difícil imaginar as reais motivações do governo americano para cancelar a licitação para a compra dos Super Tucanos.

Mas é legal essa modificação?

Muito ruim foi a maneira como o cancelamento foi feito e o momento em que ocorreu a decisão. O anúncio aconteceu no dia em que uma delegação brasileira estava em Washington para discussões dentro de um mecanismo de diálogo regular entre o Departamento de Defesa do Brasil e o Pentágono nos Estados Unidos. Além disso, um alto funcionário americano, o segundo do Departamento de Estado, estava no Brasil para tratar da visita da presidente Dilma aos EUA.

Está ainda pendente uma decisão importante que vai ser tomada até o final do semestre, em relação aos caças brasileiros. Há uma companhia americana muito interessada nisso. Por fim, e mais importante, tudo isso ocorre às vésperas da visita da presidente Dilma a Washington.

O Brasil pode discutir essa decisão?

Ninguém discute a decisão: é soberania americana, cabe a eles decidir. A Embraer já disse que a desculpa dada não é exata. O comandante da aeronáutica, no Pentágono, em Washington, chamou de vergonhosa a decisão e acrescentou que se não ficasse comprovada a razão invocada para o cancelamento da concorrência, seu departamento perderia credibilidade. Mas o aspecto principal, do nosso ponto de vista, é o momento e a forma como isso foi feito, sem dar conhecimento prévio ao governo brasileiro e à Embraer, com todo esse contexto político em causa. A reação inicial do Itamaraty foi dura, como não poderia deixar de ser. Posteriormente, mostrou-se cautelosa ao acentuar a surpresa pela maneira como foi feito o anúncio da decisão.

Evitou-se politizar o caso para talvez deixar a porta aberta a uma nova participação da Embraer, se houver outra licitação.

Então o Brasil tem vários contra-argumentos para discutir isso? Seria o caso de levar à Organização Mundial do Comércio (OMC) essa questão?

Não, porque esta é uma decisão interna americana. É uma licitação que, por um alegado vício de forma, foi

anulada. É uma decisão interna que, se fosse tomada no Brasil, ninguém poderia contestar.

Mas o momento e a maneira como foi feito não condizem com uma relação que se pretende cada vez mais desenvolvida e sofisticada entre os dois países.

Há de se esperar retaliações brasileiras? Não acho que seja o caso. O Brasil vai tomar soberanamente as decisões sobre as questões que estão pendentes com os EUA.

Não deve ser vinculada uma coisa à outra. Assim como eles não vincularam essa decisão a qualquer outra. Alegaram motivo de vício de processo, como falta de documentos e documentação incompleta.

O que o Brasil decidir fazer não deverá ser visto como uma retaliação, mas como uma decisão soberana.

Isso aumenta o distanciamento entre os países, que já têm visto fraquezas nessa relação bilateral?

Esse é um detalhe do momento e é preciso ver a coisa como um processo mais amplo. Claro que nem a Embraer nem o governo brasileiro gostaram da decisão americana. Mas há interesse tanto do Brasil quanto dos Estados Unidos em ampliar a relação.

Nós estamos com um déficit de US\$ 9 bilhões na balança comercial com os Estados Unidos. O Brasil tem todo o interesse de ampliar as exportações para o maior mercado do mundo e de receber tecnologia para melhorar sua indústria. Há muitas áreas que podem propiciar uma ampla colaboração entre os dois países: a energética, a de meio ambiente, a de inovação. O episódio da Embraer é uma coisa lamentável pela maneira como foi feita. Mas não deveria prejudicar o interesse maior do Brasil de ampliar as exportações para os Estados Unidos, de receber investimento aqui, inovação, tecnologias que vão beneficiar a economia como um todo.

Com os Estados Unidos, o relacionamento bilateral seria o melhor caminho? É possível pensar em parcerias regionais?

Isso precisa ser posto em um contexto maior. Hoje com essas grandes transformações, com a crise econômica, com o desemprego na Europa e nos Estados Unidos e com a pujança da agricultura brasileira, é muito difícil negociar acordos comerciais muito amplos, porque nem a Europa nem os Estados Unidos estão preparados para abrir a economia deles na área agrícola, que é o nosso grande interesse.

E o que nós vamos ver nos próximos meses e anos, por causa dessa crise toda, é uma volta a medidas restritivas, inclusive financeiras, de todo tipo - até cambiais - que tenham efeito como uma restrição.

O regionalismo se fortalece nesse cenário?

Sim. Na Europa já é possível ver isso. Eles não querem que acabe o mercado comum. Também vemos isso na Ásia, em que a China e o Japão mudaram de posição e estão fazendo acordos de livre comércio entre eles mesmos. Até os Estados Unidos, que têm costa no Pacífico, correram para a Ásia e querem fazer acordos comerciais na região. No caso do Brasil, de novo, é preciso que a gente resolva o que a gente quer.

A América do Sul é um grande mercado. O Brasil é um mercado enorme para os países da América do Sul. Eu acho que nós deveríamos aprofundar o relacionamento político, econômico, financeiro, energético, comercial com os países da região. Mas dentro de uma posição de liderança, não como caudatário de ideias dos outros. O Brasil tem que liderar esse processo de uma integração mais séria na região, inclusive com a negociação de uma abertura recíproca maior entre os países. Nos próximos 20 ou 30 anos o grande mercado para esses países vai ser o Brasil, pelo tamanho do mercado interno. Nesse contexto todo, o Mercosul está perdendo substância, porque o comércio com a região, mesmo com a Argentina, que tem aumentado, é feito apesar do Mercosul.

O Mercosul hoje se transformou num fórum de discussão social, política, mas o objetivo principal do bloco com a assinatura do Tratado de Assunção, que é a liberalização do comércio, está estagnado há muitos anos. O que nós vemos é o contrário: um crescimento das restrições, da lista de exceções, que torna o comércio na região praticamente administrado. Isso é o contrário do que se previa.

E os Estados Unidos?

Eles têm uma restrição muito grande e vão discutir entre este ano e o próximo a Lei a Agrícola, que envolve uma série enorme de subsídios que afetam a competição internacional. Eles não estão dispostos a abrir certos setores, nem terminar com os incentivos na área agrícola.

Isso dificulta uma negociação comercial com eles, mas não impede que se explore outras possibilidades.

Atualmente o principal produto exportado para os Estados Unidos é o petróleo, mas o Brasil já exportou 80% de produtos manufaturados para lá, que hoje está em cerca de 30%. Há grande predominância de produtos primários. Assim como estamos discutindo com a China a diversificação da

nossa pauta de exportação, temos que começar a fazer isso com os Estados Unidos também. Isso poderia ser um estímulo para soluções criativas serem encontradas, como aconteceu no caso do combustível limpo para aviação -uma área que hoje aponta que os Estados Unidos e o Brasil poderão ser os grandes fornecedores mundiais de biocombustível para a aviação do mundo interno.

Isso mostra que há áreas comuns que precisam ser descobertas e ampliadas tanto pelo governo quanto pelo setor privado.

O estabelecimento de uma agenda de prioridades envolveria resolver questões internas para depois discutir se o Brasil deve ter assento no Conselho de Segurança da ONU ou participar do socorro econômico aos países europeus?

São coisas simultâneas. A agenda interna coexiste. O mundo não vai esperar o Brasil resolver seus problemas econômicos. Hoje o grande problema do Brasil somos nós mesmos, eles estão todos aqui dentro. O que nós queremos da economia brasileira?

Que se transforme numa exportadora de matéria-prima? Nós queremos preservar a indústria brasileira?

O que a gente quer da relação com os Estados Unidos? O que a gente quer da relação com a China? O que a gente quer da relação com os nossos vizinhos? Tudo isso está para ser definido. Não estou dizendo que o governo não tenha política sobre isso. O governo tem política sobre isso, mas o grande desafio é justamente ajustar as políticas-externa, econômica, de comércio exterior - a esse mundo em transformação no qual o Brasil está incluído.

Muitos discutem a que custo ou em troca de quê o Brasil deveria se expor mais no cenário internacional em crise.

Uma coisa é o desafio que o Brasil enfrenta e a necessidade de o país ter uma ação propositiva.

O outro assunto é a crise internacional, o papel do G20 e, dentro do G20, o papel do Brics (bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). O Brasil é o país que mais se beneficiou com a criação desse grupo. Em grande parte a projeção brasileira hoje deriva do fato de o país estar colocado no mesmo pé da Rússia, da Índia, da China, dentro do Brics, que não existia no passado. Estes países estão se coordenando cada vez mais. Dentre os organismos internacionais, em relação ao G20, há uma coordenação inclusive na questão desse tema da colocação de recursos financeiros para ajudar o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional nessa crise da União Europeia. O que

os países resolverem foi que eles iriam aguardar a Europa colocar os recursos e aí os países do Brics iriam avaliar a forma de colaborar por meio do Fundo Monetário. A contrapartida disso é que os países emergentes, sobretudo os do Brics, querem uma participação maior no processo decisório, através do aumento das cotas e da influência na indicação dos dirigentes dessas organizações.

Mas isso tem se concretizado conforme o previsto?

Não. Nós estamos vendo é que está ocorrendo exatamente o contrário. Em vários comunicados do G20 se diz que a escolha dos dirigentes do Fundo Monetário e do Banco Mundial seria feita na base do mérito e que os países emergentes deveriam ser consultados. Ocorreu a sucessão no Fundo Monetário e foi indicada uma pessoa da Europa para preencher o cargo. Agora vai vagar um posto no Banco Mundial e já há vários candidatos americanos para o lugar, inclusive a Hillary Clinton e o Larry Summers, entre outros, contrariamente ao que foi decidido no âmbito do G20. Aí estão as contradições que existem entre o que foi combinado, o que se espera dos países emergentes, e o que os países desenvolvidos fazem de fato. O Brasil tem que ter posições proativas nas questões internacionais. A situação mudou. Nós não tínhamos a projeção nem a responsabilidade que temos hoje.

O que falta ser feito?

Há um ponto importante que ainda está mal resolvido que é a contradição entre os valores que nós defendemos internamente- como democracia e direitos humanos - e a defesa de nossos interesses externos. Esse é um problema que se coloca para todos os países que têm interesses como o Brasil começa a ter agora. Por exemplo, no governo anterior, era dito que negócio é negócio, não importava com quem. Eu acho que é preciso uma atitude pragmática, mas não se pode silenciar sobre os valores que se defende internamente.

Isso não impede os negócios.

O fato de defender os interesses de um país não se choca com o fato de defender os valores que se tem internamente. É preciso coerência. Não é dizer: eu não posso mencionar em Cuba a questão dos direitos humanos, porque é um problema interno de Cuba. É um problema interno, mas se você está emprestando US\$ 500 milhões para Cuba, você tem um acesso ao governo de Cuba que lhe permite falar francamente. Nós não sabemos se o governo brasileiro falou ou não. É possível que tenha até falado.

Nós temos interesses concretos dentro de um programa que o Conselho Empresarial está aprovando para defender nos Estados Unidos e vamos levar isso para lá.

Na área bilateral, imagino que a agenda será bastante diversa

"Hoje, com essas grandes transformações, com a crise econômica, com o desemprego na Europa e nos Estados Unidos e com a pujança da agricultura brasileira, é muito difícil negociar acordos comerciais muito amplos, porque nem a Europa nem os Estados Unidos estão preparados para abrir a economia deles na área agrícola, que é o nosso grande interesse.

E o que vamos ver nos próximos meses e anos por causa dessa crise toda é uma volta a medidas restritivas

A visita de Barack Obama (em março de 2011) representou uma mudança no enfoque dos EUA em relação ao Brasil.

Nas discussões entre os dois presidentes foram indicadas áreas em que pode haver uma parceria importante. Foram lançadas as bases para um novo tipo de relacionamento

O Brasil tem que ter posições proativas nas questões internacionais.

A situação mudou

Ocorreu a sucessão no FMI e foi indicada uma pessoa da Europa. Agora vai vagar um posto no Banco Mundial e já há vários candidatos americanos para o lugar, inclusive a Hillary Clinton, contrariamente ao que foi decidido no âmbito do G20

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Em 30 anos, produtividade da indústria nacional caiu 15%		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Na China houve aumento de 808% no período, reflexo de investimentos em tecnologia e educação

Chrystiane Silva

Nos últimos meses, a indústria brasileira tem amargado péssimos resultados. Praticamente estagnado, o setor sofre com os altos custos para produzir, com a concorrência dos produtos **importados** e também com a baixa produtividade dos trabalhadores.

Nos últimos 30 anos, a produtividade dos colaboradores da indústria de transformação caiu 15%.

Esse indicador é calculado pelas horas trabalhadas e pelo número de funcionários do setor. No mesmo período, a produtividade dos chineses aumentou 808%.

Os dados fazem parte de estudo produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

A China é a principal potência mundial e é natural que a produtividade dos seus trabalhadores seja maior. Mas o **Brasil** também ficou atrás do desempenho de vizinhos como o Chile, que apresentou aumento de 82,11%, e da Argentina, que cresceu 16,98% nos últimos 30 anos. O que há de errado com o desempenho do Brasil?

Crescimento sustentado

O aumento da produtividade é uma condição fundamental para o crescimento sustentado. Entre os fatores que contribuíram para o desempenho pífio da produtividade no país estão as deficiências de educação e infraestrutura.

Cada vez mais, as indústrias usam equipamentos tecnológicos sofisticados e exigem uma boa formação educacional dos seus trabalhadores, mas apenas 20% dos funcionários do setor terminaram a universidade. Além disso, o **Brasil** ainda tem uma baixa integração com a economia global.

O indicador que mede a abertura comercial é a proporção do comércio exterior em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**).

Quanto mais alto, melhor para a economia do país. Nos últimos três anos, ele ficou em 11% em média. Na Argentina, o

mesmo indicador ficou em 20%. Apesar de todos os avanços tecnológicos, o **Brasil** ainda tem uma baixa absorção de tecnologia e inovação em muitos setores, sem contar com as dificuldades burocráticas para abrir empresas. "O país precisaria crescer 4% ao ano para acomodar os aumentos salariais e competir com os produtos **importados**."

O **Brasil** está se dando ao luxo de ter os maiores custos de **produção** do mundo, matando a indústria", diz Júlio Gomes de Almeida, economista do Instituto de Estudos para o **Desenvolvimento** Industrial (ledi).

Solução demorada

Para um país que precisa crescer, a baixa produtividade é um fator preocupante. "É um obstáculo que cria barreiras à competitividade externa. É preciso pensar em uma estratégia consistente de **desenvolvimento** industrial", diz Gabriel Coelho Squeff, economista do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) e autor do estudo sobre produtividade na indústria entre 1980 e 2009.

No curto prazo, com a instabilidade internacional devido à crise mundial, que se manifesta pela queda no comércio internacional e pela aversão ao risco por parte dos empresários e dos consumidores, vai ser preciso ter mais dinamismo na relação entre a **produção** e os trabalhadores para reativar o crescimento. "A estrutura produtiva também precisa ser diversificada, mas não há indícios de que essas trajetórias sejam revertidas no curto prazo", diz Squeff. Para crescer de maneira sustentada, o país vai precisar seguir o exemplo das nações que investiram em educação e hoje registram crescimento econômico como China e Coreia do Sul.

5 PERGUNTAS A...PAULO SKAF

"O país está passando por um processo de desindustrialização"

A substituição dos produtos nacionais pelos **importados** pode gerar mais desemprego na indústria, segundo o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf.

Para ele, o governo precisa criar medidas para estimular o crescimento do setor.

A baixa produtividade prejudica a indústria?

Sim, mas também o câmbio valorizado, os juros altos, o altíssimo spread bancário e a invasão de produtos **importados**.

A indústria também tem sofrido com os incentivos fiscais à **importação** em alguns portos do país, o preço da energia elétrica, a infraestrutura deficitária, a alta carga tributária e a burocracia.

Esses fatores estão levando à desindustrialização. Da porta para dentro a Indústria é competitiva, moderna, dinâmica, mas o cenário macroeconômico destrói a competitividade.

Há sinais de que essa situação pode ser revertida?

Ainda não vemos sinais de recuperação. Se o governo não fizer nada para combater esses problemas não haverá melhora.

A Fiesp projeta crescimento zero para a **produção** da indústria de transformação neste ano.

Em 2011, crescemos 0,1%. Ou seja, a indústria está estagnada.

Quais setores foram os mais atingidos?

Quase todos os setores, pois a substituição de produtos nacionais por **importados** teve impacto em todos os elos da cadeia produtiva.

Essa desindustrialização pode gerar desemprego?

Na medida em que a **produção** da Indústria não cresce, a geração de vagas, que já vem diminuindo, tende a ser reduzida ainda mais.

Nos últimos 12 meses, a indústria fechou 16.000 vagas no estado de São Paulo. Se nada for feito e a indústria continuar perdendo participação relativa no **PIB** o quadro vai se agravar.

Qual o reflexo da desindustrialização para os preços dos produtos?

A desindustrialização não reduz preços, apenas elimina um competidor, no caso o produtor brasileiro. Se perder sua indústria de transformação, o **Brasil** não terá como gerar 150 mil empregos de qualidade em 2030.

C.S.

Setor automotivo foi na contramão

Nem tudo foi ruim para a indústria brasileira nos últimos anos. Alguns setores da economia registraram avanço na produtividade.

É o caso da indústria automotiva cuja produtividade por funcionário passou de 7,79 unidades produzidas por pessoa, em 1990, para 27 carros por funcionário em 2010.

É claro que o segmento se modernizou e os processos de **produção** ficaram mais eficientes.

Mas, o setor também investiu na formação de seus colaboradores por meio de cursos profissionalizantes feitos em parceria com o Senai. Mesmo assim, por conta dos movimentos sazonais, a indústria automotiva teve queda na **produção** no começo deste ano. "Essa indústria deve enfrentar problemas neste ano. O ciclo de consumo de bens duráveis já dá sinais de desaceleração", diz Júlio Gomes de Almeida, economista do Iedi.

Por outro lado, o setor têxtil chegou a aumentar a produtividade em 10% ao mês logo após a abertura comercial nos anos 90. Foi um segmento que investiu na transformação do ambiente produtivo, reviu processos de **produção** emudeceu a tecnologia utilizada na indústria, mas não resistiu à entrada dos produtos chineses.

A indústria têxtil tem registrado quedas constantes na sua produtividade nos últimos anos.

Com baixa demanda pelos produtos nacionais, principalmente de vestuário, os empresários têm reduzido as horas trabalhadas nas fábricas e investido pouco na melhoria dos processos e modernização do setor.

C.S.

ANÁLISE

Trabalho árduo e recuperação vagarosa

A indústria está enfrentando um dos seus maiores desafios. Ela precisa voltar a crescer, aumentar a produtividade dos seus trabalhadores e ganhar a briga com os produtos **importados**.

Já ficou claro que sozinho o setor não tem capacidade para melhorar seu desempenho. É preciso fazer investimentos e driblar os gargalos de infraestrutura. Além disso, falta mão de obra qualificada no segmento.

A maior parte dos problemas que afligem a indústria é de fundo estrutural como a pequena abertura comercial e o baixo investimento em tecnologia. Mas, é claro, que o setor também tem culpa por ter registrado pouco crescimento nos últimos anos. Sem inovação nenhum setor sobrevive. Se um produto fica obsoleto, a indústria precisa pensar em alternativas para continuar atraindo o consumidor.

Há ainda a questão dos sindicatos.

Em alguns setores eles são forte e estruturados, brigam contra demissões e acabam aumentando os custos para a empresa. "Quando a demanda cai, o trabalhador começa a fazer corpo mole para não ficar muito tempo ocioso na fábrica e perder o emprego. Isso acaba diminuindo a produtividade da indústria", diz Paulo Francini, diretor do departamento de economia da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Do ponto de vista histórico, a indústria é recente no país. Foi só depois da Segunda Guerra Mundial que o **Brasil** passou a receber investimentos e o setor foi favorecido pela participação do governo como agente financiador do crescimento. Na década de 1970, o país se tornou um país industrial, mas já nos anos 1980 houve uma queda na economia e uma paralisação no segmento industrial. Agora, nos anos 2000, a indústria busca alternativas para se reinventar e voltar a crescer.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Governo isenta <u>exportadores</u> de IOF cambial		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Eles não precisarão mais pagar o imposto que incide sobre operações financeiras de câmbio

Simone Cavalcanti

Os exportadores brasileiros não precisam mais pagar Imposto sobre Operações de Crédito (IOF) quando fizerem transações no mercado de derivativos com o fim de proteger suas vendas ao mercado externo das variações cambiais (hedge).

Conforme antecipou o Brasil ECONÔMICO, o decreto prevendo a isenção foi publicado sexta-feira (16) no Diário Oficial da União.

Para obter o benefício, será necessário que o empresário prove, em até 12 meses, que realizou as exportações relativas à posição assumida no mercado futuro de câmbio, ou seja, que a contratação do hedge seja compatível com o embarque de seus produtos ao mercado externo - o hedge é uma espécie de seguro utilizado por pessoas ou empresas para proteger uma operação contra a desvalorização excessiva do dólar, por exemplo.

A Receita Federal aceitará como comprovantes, por exemplo, o registro das exportações e as notas de conhecimento de embarque.

De acordo com Dyogo Oliveira, secretário-executivo-adjunto do Ministério da Fazenda, a isenção total também só vale se o volume exportado equivaler a 1,2 vez ao que foi apurado no ano anterior. "Optamos por 1,2 vez para abrir um espaço ao crescimento das exportações", disse. "Por outro lado, o montante não foi ilimitado para não abrir margem para ações especulativas."

Se as proteções cambiais passarem desse limite fica ainda assegurado ao exportador o crédito tributário e

poderá descontar o IOF pago no fechamento da operação extra com outros impostos federais devidos ao Fisco.

Créditos em excesso

Desde que foi lançada a cobrança do imposto sobre derivativos, os créditos tributários dos exportadores estavam se acumulando.

De acordo com Oliveira, alguns estavam, inclusive, tendo dificuldades para fazer as compensações com a Receita Federal.

Principalmente no caso de companhias preponderantemente exportadoras. "Já havia compensações e isso seria mais um crédito", afirmou. Na esfera federal, é possível compensar o que foi pago com o Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) durante a fabricação do bem exportado.

Oliveira afirmou ainda que a medida para a isenção do IOF havia sido acertada entre o governo e o Congresso Nacional no ano passado durante a tramitação da Medida Provisória (MP) que estabeleceu a cobrança sobre derivativos, cujo relator foi o senador Blairo Maggi (PRMT).

Na semana passada, na audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, Maggi cobrou pessoalmente o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que não deu justificativas para a demora, dizendo apenas que um decreto seria publicado em breve.

	VEÍCULO PORTAL D24AM		EDITORIA
	TÍTULO Desempenho ruim no ano já preocupa indústrias do Polo Industrial de <u>Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Desaceleração da produção, queda no número de empregos formais e redução da expectativa de arrecadação acenderam alerta nas entidades que representam as empresas do Polo

Fabricantes de motocicletas de pequena cilindrada e de condicionadores de ar tipo split, são os maiores afetados pela 'onda' de importações no mercado brasileiro FOTO: Eraldo Lopes

Manaus – A queda na geração de empregos e a desaceleração da produção industrial do **Amazonas**, evidenciadas pelos mais recentes indicadores econômicos federais, são resultados de um problema crônico desencadeado pela guerra fiscal entre os Estados, e não somente pela sazonalidade de produção, segundo análise do setor industrial.

Como resultado, a geração de empregos no Polo Industrial de **Manaus (PIM)** começa a ser comprometida e, em fevereiro, o **Amazonas** foi um dos sete Estados brasileiros que apresentaram saldo negativo de postos de trabalho, segundo informações do Cadastro Nacional de Empregados e Desempregados (Caged).

“O problema é a concorrência com os importados. Estados como Pernambuco, Santa Catarina e Espírito Santo vêm concedendo incentivos no Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para produtos acabados e estes produtos concorrem diretamente com a indústria nacional”, explica o presidente do Centro da Indústria do Estado do **Amazonas** (Cieam), Wilson Périco.

Para o executivo, “o impacto na geração de empregos é muito grande entre as indústrias de condicionador de ar split do **PIM**, onde as demissões já chegaram a 1.200 desde janeiro”. Segundo Périco, os segmentos de condicionadores de ar e de motocicletas de pequeno porte são mais afetados.

Os resultados também podem ser sentidos pelo tímido crescimento da indústria no primeiro mês de 2012. Segundo a pesquisa mensal de Produção Industrial, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção do Estado

cresceu apenas 0,1%, enquanto que em 2011 este crescimento foi de 0,8%.

“Algumas empresas estão dando férias e nossa maior preocupação hoje é em como preservar a indústria. O **Governo Federal** deveria elevar o IPI na importação cujos similares estiverem sendo produzidos no País, não apenas para ajudar a indústria nacional, mas muito mais que isso, para preservar os empregos”, disse Périco.

Projeto em discussão

Quem também apontou para o forte ‘sofrimento’ do setor de condicionadores de ar com a guerra fiscal dos importados foi o **Superintendente** da **Zona Franca de Manaus (Suframa)**, Thomaz Nogueira. A saída, diz ele, está na perspectiva de aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 72/2010, que pode melhorar a competitividade do produto nacional e atrair novos investimentos para o **Amazonas**.

“Nesse sentido, as empresas já perceberam que esse mecanismo de importação está com os dias contados e este foi o segmento que, nos últimos 30 dias, mais registrou propostas de projetos de instalação no Polo Industrial de **Manaus**. Já temos projetos de três grandes empresas, uma chinesa e duas japonesas, em fase adiantada de negociação”, afirma.

Para o **Superintendente**, a “situação é preocupante neste instante, mas tem sim uma solução”.

Como funciona o incentivo

O **ICMS** é tributado pelos Estados tanto na entrada de produtos industrializados de outros países, como na comercialização interestadual. No caso do comércio entre as unidades federativas, a arrecadação tributária é repartida entre Estado emissor e receptor.

O modelo **Zona Franca** de **Manaus** prevê isenção da alíquota, entre 45% a 100%, na saída de mercadorias do **PIM**, além de alíquota especial de 6% na compra de mercadorias importadas, com destino à comercialização para outros Estados.

	VEÍCULO Bugler	EDITORIA	
	TÍTULO O <u>Brasil</u> foi o país da América do Sul com um crescimento mais lento em 2011		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por impacto excessivo da crise internacional, voltou forte no ano passado, mas especialmente por um excesso de zelo no combate à inflação, o Brasil em 2011 o crescimento foi mais pobre da América do Sul . Com sua economia em expansão de 2,7%, não era a pior da América Latina, porque apenas dois países da América Central, Guatemala e El Salvador, teve indicadores ainda mais baixos. As estatísticas regionais mostram uma média de 4% o avanço econômico.

Um dos mais marcantes foi a taxa de investimento, que define os limites de qualquer economia a se expandir. Segundo a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), no caso do Brasil era de apenas 19,3% do **PIB**, em comparação a 23% da região e em%, em particular 24 da Argentina.

Segundo a CEPAL treinador Carlos Mussi, citado pela jornal Folha de São Paulo , a maior alocação de recursos para investimento por parte dos Estados conduzem necessariamente a um crescimento mais forte: "A grande decisão de um governo quando se trata de garantir expansão é o quão alto vai investir no país. "

O perfil atual dos contrastes da economia brasileira, nesse sentido as ilusões que tinha forjado seus cidadãos, quando se acreditava que a Copa do Mundo de 2014 tornaria o país um "canteiro de obras", com um aumento natural da riqueza em todos os níveis da sociedade.

Analistas entrevistados pelo jornal A Folha de S. Paulo disse que uma das causas de freio no crescimento, considerando o aumento de 7,5% do **PIB** registrado em 2010, foi devido a uma "campanha exagerada contra a inflação" controlada diretamente pelo Presidente Dilma Rousseff.

Basta observar que no início de 2011, o governo reduziu os gastos públicos substantivamente a retirar mais de 30.000 milhões de **dólares** dos itens previstos no orçamento nacional . Em fevereiro passado, ele voltou a anunciar um corte drástico nos cofres da extravagância do governo, com impacto em todas as áreas, incluindo educação e saúde.

A estratégia adotada por Dilma e ministros da Economia, Guido Mantega e Fernando **PIM**entel , respondeu à

necessidade urgente de conter a inflação crescente, que se tornou a forte expansão em 2010 (7,5%). Isso levou às medidas de 2011, e em parte de janeiro e fevereiro deste ano, foi focado em colocar freios no **desenvolvimento** econômico. Mas o remédio provou ser demasiado forte, especialmente para grandes setores da indústria, que experimentou um período decepcionante nos primeiros 14 meses de governo Dilma.

Mas há outros fatores a serem levados em conta, dizem os economistas.

Há um capital altamente líquido e poucas oportunidades de renda aumentando a especulação nos países do Primeiro Mundo. Essa foi uma **importante** fonte de divisas no Brasil, que registra recordes de renda de capital a cada mês. Isso só pode ser explicado pela alta taxa de juros vigente no país, atraindo os investimentos estrangeiros.

Segundo a CEPAL, "entradas de capital podem representar oportunidades de investimento e crescimento", mas à volatilidade destes fluxos também são capazes de gerar "sérios problemas macroeconômicos." Esta organização sugere que "uma valorização excessiva da taxa de câmbio real pode reduzir a competitividade" de seus produtos para os estrangeiros. É o que causa uma queda nas **exportações** de manufaturados e, ao mesmo tempo, aumentando a concorrência dos bens **importados** dentro do próprio **mercado**. Isto é o que o Brasil experimentou, pelo menos, até início de março.

Com a **produção** industrial em queda, o Brasil "está em perigo de perder o que foi um dos seus principais eixos de **desenvolvimento**.. Da indústria" Com o preço de um equivalente real para US \$ 1,7, indústria transformadora desceu a chance de defender a "agressão externa". Na semana passada, o governo Dilma com o México teve de renegociar um acordo no setor automotivo. O ministro do **Desenvolvimento** e da Indústria, Fernando **PIM**entel , um dos negociadores com o governo mexicano, disse que o Brasil teve que limitar o comércio com aquele país ", porque houve um surto de **importações** de automóveis mexicanos."

Alguns especialistas, incluindo agências governamentais, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA),

argumentam que o Brasil não conseguiu tirar proveito das oportunidades de crescimento na América Latina para as suas

exportações industriais.

	VEÍCULO DIÁRIO GAÚCHO		EDITORIA
	TÍTULO Feira do Polo Naval pretende apontar caminhos para Estado consolidar presença no setor		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Evento na Região Sul deverá atrair, entre terça e sexta-feira, cerca de 15 mil pessoas Rafael Diverio | rafael.diverio@zerohora.com.br

De terça até sexta-feira, especialistas em construções oceânicas de diversas partes do Brasil e do Exterior discutirão temas relacionados ao polo naval gaúcho. Mais do que oportunidade de abrir mercados, a 1ª Feira do Polo Naval pretende apontar os caminhos que o Rio Grande do Sul pode trilhar para se consolidar como um dos principais centros do país de um setor que promete gerar mais de R\$ 20 bilhões nos próximos cinco anos.

Realizada no campus Carreiros da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), a feira será dividida em três frentes: visão de negócios, políticas de infraestrutura e capacitação de mão de obra.

Como é a primeira vez que fazemos um evento desse tipo, não temos como prever o volume de negócios que será movimentado. Mas já no primeiro dia, com uma pesquisa encomendada, conseguiremos alguns dados iniciais diz Fernando Estima, um dos organizadores do evento.

Pelo menos 15 mil pessoas com algum tipo de interesse no mercado da indústria naval deverão cruzar os corredores e conhecer os mais de 200 expositores. Para a rodada de negócios proposta pelo Sebrae, com R\$ 5 milhões de movimentação prevista, 250 entidades já estão inscritas.

O desafio é preparar o Estado para atender à demanda gerada pela descoberta de petróleo na camada pré-sal e as consequentes encomendas de plataformas e navios. A infraestrutura atual não dá conta da necessidade,

obrigando, assim, a discussão e o começo de obras para desafogar a indústria e escoar a produção.

Na feira, estão previstos painéis sobre estruturas rodoviária, ferroviária, hidroviária e aérea, que contarão com a presença de diversas autoridades. Na questão da capacitação profissional e empresarial, as universidades da região participarão de encontros sobre os desafios de criar futuros líderes e integrantes de projetos voltados à indústria naval.

Com participação do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Badesul e Banrisul, serão apresentadas linhas de crédito para a construção naval. Além disso, projetos e inovações tecnológicas voltadas para o setor deverão ser mostrados.

ZH terá suplemento especial Circula terça-feira, encartado em Zero Hora e com tiragem extra de 10 mil exemplares na 1ª Feira do Polo Naval, o suplemento Indústria Naval: Metade Sul encontra seu norte.

Em 12 páginas, o caderno especial mostra o alcance do novo setor da economia gaúcha, aponta gargalos e desafios de infraestrutura para uma região que cresce impulsionada por investimentos bilionários, e mostra as transformações culturais que o desenvolvimento trouxe, especialmente para o eixo Rio Grande-Pelotas-São José do Norte.